

Este artigo é parte integrante da

revista.batistapioneira.edu.br

REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 6 ▪ n. 1 ▪ Junho | 2017

DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO NO ANTIGO TESTAMENTO (1): UMA ANÁLISE DE DEUTERONÔMIO 24.1-4

Divorce and remarriage in the Old Testament (1): a study of Deuteronomy 24.1-4.

Dr. Arthur W. Dück¹

RESUMO

Divórcio e novo casamento constitui um grande problema para a igreja atual. Isso se deve, em parte, pela falta de um estudo mais aprofundado sobre o assunto no contexto original da Bíblia. O presente artigo se propõe a analisar a proposta original de Deus para o casamento e a família e depois analisar o texto-chave a respeito de divórcio e novo casamento no AT, Deuteronômio 24.1-4. Esse texto contém expressões e ensinamentos não muito claros: o motivo do divórcio: “alguma coisa vergonhosa”; a possibilidade da pessoa divorciada

¹O autor é Bacharel em Teologia pelo Instituto e Seminário Bíblico Irmãos Menonitas (ISBIM), Mestrado em divindade pelo Trinity Evangelical Divinity School (Deerfield, Illinois, EUA) e PhD em Estudos Interculturais pelo Trinity International University (Deerfield, Illinois, EUA). É professor da Faculdade Fidelis e professor convidado do Seminário Servo de Cristo. E-mail: arthurwduck318@gmail.com

se casar com um segundo marido, contudo, se na sequência também for divorciada deste (ou então este falecer), está proibida de retornar ao primeiro marido; a razão para esta proibição: ela foi contaminada; um eventual retorno para o primeiro marido “faz a terra pecar”. O artigo se propõe a lançar um pouco de luz sobre esses elementos na busca de mais clareza para o tema no AT, a base para o ensino de Jesus e da igreja primitiva sobre o assunto.

Palavras-chave: Deuteronômio 24.1-4. Divórcio e novo casamento (AT). “Alguma coisa vergonhosa”. “Faz pecar a terra”.

ABSTRACT

Divorce and remarriage is a huge dilemma for the contemporary church. This is, in part, because we lack serious groundwork on this topic in its original biblical context. This article will analyze God’s original intent for marriage and family and then examine the key-text on divorce and remarriage in the OT, Deuteronomy 24.1-4. This text presents several enigmatic expressions and teachings: the reason for divorce: “something indecent”; the possibility for remarriage, however, if the wife is divorced again (or her second husband dies) she is not allowed to return to her first husband; the reason for this prohibition: she has been defiled: this return to the first husband brings “sin upon the land”. The attempt is to shed some light on these elements in search for a better understanding of this topic in the OT, the foundation for what Jesus and the early church taught about it.

Key words: Deuteronomy 24.1-4. Divorce and remarriage (OT). “Something indecent”. “Bring sin upon de land”.

INTRODUÇÃO

O divórcio tornou-se um problema para a sociedade, e, conseqüentemente, para a igreja. A exemplo de Jesus, a igreja sabe que deve receber as pessoas como são, mas tem dúvidas se deve ter comunhão com divorciados, visto que parece que assim estariam concordando com “o pecado” da pessoa. Ainda mais complexa é a situação quando pessoas da própria igreja se divorciam, ou até mesmo líderes. Tradicionalmente a igreja excluiu pessoas nesse estado de sua comunhão. Quando o divórcio ainda era aceito, o novo casamento se mostrava o último prego no caixão...

Contudo, os divórcios não diminuíram e nem as complexidades que geram.

Se os divorciados não encontram acolhida em uma igreja, outra as recebe sem fazer muitas perguntas. Isso leva a acusações fortes e ácidas contra o mundanismo que encontra espaço nas “outras” igrejas. Por outro lado, essa situação leva a igreja a voltar atrás para analisar se a postura adotada para com essas pessoas está de acordo com as Escrituras. Está claro que o divórcio não é o ideal que Deus tinha em mente, mas que postura adotar com os que caíram? É preciso retornar para a Bíblia a fim de que Ele nos oriente sobre esse assunto.

Contudo, basta se ocupar um pouco com o tema e logo se verifica que existem muitas interpretações diferentes sobre os textos da Bíblia que lidam com esse assunto. Os estudiosos da Bíblia que se ocupam com o tema (e não somente os leitores pragmáticos) tiram conclusões distintas usando os mesmos textos. Logo, para muitos “basta acharmos o livro, ou a igreja que concorda com a minha posição e tudo se resolve”.² De uma forma geral, segundo Geddert, todas as posições com relação a esse assunto podem ser defendidas bíblicamente se escolhermos a versão bíblica que mais se adequa à nossa posição ou à nossa explicação do contexto histórico em questão.³ Isso cria um impasse: é possível descobrir a vontade de Deus sobre esse assunto? Contudo, antes de nos ocuparmos com divórcio e novo casamento no Antigo Testamento, é necessário falar sobre o ideal de Deus para a vida humana. “O ensino bíblico a respeito do divórcio nunca pode ser estudado de modo isolado, mas sempre contra o pano de fundo do entendimento bíblico do casamento”.⁴

Esse artigo se propõe a analisar o plano de Deus para o casamento e família e depois uma análise de Deuteronômio 24.1-4, o texto-base para o divórcio e novo casamento no AT. Um estudo posterior terá que se ocupar com os outros textos do AT que tratam do assunto.

1. O PLANO DE DEUS PARA O CASAMENTO E A FAMÍLIA

O casamento não é somente uma instituição humana, totalmente maleável de acordo com os costumes humanos, os quais variam de acordo com as

² Outra maneira de dizer a mesma coisa seria: “Você pode interpretar a Bíblia de várias maneiras diferentes. O que uma pessoa lê e entende que a Palavra diz pode não ser a mesma interpretação de uma outra pessoa acerca do mesmo texto” (PLEKKER, 2000, p. 15). Isso é muito antigo, mas com certeza se encaixa em algumas abordagens hermenêuticas pós-modernas em que o leitor estabelece o significado do texto.

³ GEDDERT, 2004, p. 128.

⁴ STOTT, 1971, p. 165.

culturas. Segundo Deborah Sawyer, logo nos primeiros três capítulos da Bíblia, o relacionamento triangular Deus-homem-mulher é estabelecido para explicar e informar a narrativa e a legislação subsequentes. O leitor agora tem a estrutura para reconhecer os comportamentos próprios e impróprios. Assim, o plano original para a sexualidade e o casamento de Adão e Eva é o padrão estabelecido para todos os relacionamentos futuros (Gn 2.24).⁵ A implicação disso é que Gênesis 1—2 deve ser lido como a base para tudo o mais na Bíblia. O plano de Deus para a família é revelado antes da Queda e continua a ser o ideal a ser buscado depois desta. Assim, de acordo com esse texto primevo, as bases para o casamento são estabelecidas por Deus: permanente, heterossexual e monogâmico.⁶ Por conseguinte, o divórcio ou a dissolução do casamento precisa ser visto como quebra radical da instituição divina, ou seja, algo anormal e mau.⁷

O conceito bíblico de casamento se baseia em Gênesis 2, em que Deus faz uma companheira para Adão: “Então disse o homem: Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; ela será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne” (Gn 2.23,24).⁸

A Queda traz novidades para os relacionamentos entre os seres humanos: o conflito entre ser criado à imagem e semelhança de Deus e a rebelião dos

⁵Apud DAVIDSON, 2007, p. 15-16.

⁶Gênesis 1—3 deixa claro que o propósito de Deus era a monogamia. Deus poderia ter feito mais de uma esposa para Adão, mas decidiu fazer somente uma (Eva): “o homem [singular] deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher [singular], e eles serão uma só carne” (Gn 2.24). Apesar disso, temos diversos exemplos de personagens bíblicos no AT, inclusive personagens ilustres que praticaram a poligamia (KÖSTENBERGER; JONES, 2004, p. 43). É interessante notar, no entanto, que os patriarcas da linhagem de Sete são apresentados como monogâmicos (Gn 7.7), enquanto a poligamia aparece na linhagem de Caim (Gn 4.19) (de Vaux 2003, 46). Mesmo que personagens importantes praticaram a poligamia, as Escrituras mostram que esta não era a vontade de Deus (cf. Dt 17.17; Lv 18.18). A poligamia causou muitos problemas na vida dos que viveram nesse estado: o favorecimento de uma esposa, o que causa problemas no casamento (Jacó [Gn 29.30], Elcana [1Sm 1.4,5], Roboão [2Cr 11.21]); a inveja criada pelas esposas que competem entre si (Abraão [Gn 21.9,10], Jacó [Gn 30.14-16], Elcana [1Sm 1.6]). Além disso, vemos que as mulheres estrangeiras de Salomão “desviaram o seu coração para seguir outros deuses” (1Rs 11.4). Os múltiplos casamentos de Davi levaram ao incesto e ao assassinato entre sua descendência (KÖSTENBERGER; JONES, 2004, p. 44). A poligamia não é defendida em texto algum do AT, mesmo que seja permitida em algumas circunstâncias (Êx 21.10,11; Dt 21.15-17). Em diversas passagens a monogamia é defendida como o ideal (Pv 12.4; 18.22; 19.14; 31.10-31; Sl 128.3; Is 50.1; Jr 2.2 Ez 16.8) (KÖSTENBERGER; JONES 2004, 44; ver também INSTONE-BREWER, 2002, p. 59; WRIGHT, 1992, v. 2, p. 766).

⁷MURRAY, 1946, p. 31.

⁸Todas as passagens da Bíblia são da Almeida21, salvo indicação em contrário.

humanos contra Deus. Sem a imagem de Deus em nós, a vida social sobre a terra seria impossível. Após a Queda, somos tomados pelo egoísmo, buscamos nosso bem, em detrimento do bem do outro. Depois da Queda, não somos mais tão parecidos com Deus como éramos antes — a imagem de Deus em nós foi afetada. A pureza moral foi perdida, o intelecto é corrompido pela falsidade, o egoísmo tende a controlar os relacionamentos.⁹ Mesmo que a imagem de Deus não foi totalmente perdida na Queda, ali aconteceu algo que nos distanciou de Deus e do próximo. A imagem divina em nós não foi removida, mas desfigurada, ou corrompida.¹⁰ Segundo Geoffrey Fisher, essa corrupção não indica “que não haja bem nenhum no ser humano, mas sim que até os seus melhores atos e características foram insidiosa e profundamente maculados pelo orgulho”.¹¹

A Queda afetou as relações entre as pessoas. Raymond Ortlund nos ajuda a enxergar o quadro, ao apresentar um resumo dessa distorção logo nos primeiros capítulos da Bíblia. Não demorou muito para que o plano de Deus saísse dos trilhos: “o teu desejo [de Eva] será para o teu marido, e ele te dominará” (Gn 3.16). O desejo da mulher, de controlar a situação, bate de frente com o ego masculino, que quer dominar. As distorções continuam: Lameque tomou duas esposas (Gn 4.19), depois ele se vangloria de sua vingança e poder (Gn 4.23,24). Parece que a dominação masculina e a violência dispensam qualquer comentário do autor de Gênesis. O relato da Bíblia mostra que o casamento será tão belo quanto o caráter moral dos cônjuges. Abrão é covarde e coloca sua esposa em risco (Gn 12.10-20), Rebeca manipula e engana o marido (Gn 27.5-17). A quebra do casamento leva a regulamentos sobre o divórcio e o novo casamento (Dt 24.1-4). Mas isso não remove o plano inicial de Deus (Mt 19.3-

⁹ GRUDEM, 1999, p. 365-366.

¹⁰ Por séculos, o entendimento era que a “imagem” de Deus correspondia às características da personalidade humana que permaneceram depois da Queda, enquanto “semelhança” consistia do que se perdeu com ela. Essa distinção reflete a especulação judaica do período intertestamentário, que sustentava que “a imagem de Deus conferia à alma humana a habilidade de distinguir entre o bem e o mal. À medida que o tempo passou, argumentavam os rabinos, essa habilidade diminuiu e, portanto, corrompeu-se” (BRAY, 2009, p. 856). Mas isso contradiz o que vemos em Gênesis. No século 16 os estudiosos de hebraico concluíram que imagem e semelhança eram sinônimos. A conclusão foi de que esta se perdeu totalmente na Queda. Nos últimos anos o consenso é que a imagem/semelhança não se perdeu com a Queda, por isso as pessoas não devem ser mortas (Gn 9.6) ou amaldiçoadas (Tg 3.9) (BRAY, 2009, p. 856). Zimmerli concorda afirmando: “Todas essas especulações teológicas sobre o homem ser apenas parcialmente à semelhança de Deus até agora mostraram não ter fundamento” (apud SMITH, 2001, p. 237).

¹¹ Apud STOTT, 2000, p. 79.

9). Deus odeia o divórcio como violação da aliança do casamento (Mt 2.13-16).¹² Fica muito evidente que a situação em que a humanidade se encontra é bem diferente daquela descrita em Gênesis 1—2. Os humanos insistiram em seu próprio plano; agora as consequências dessa decisão permeiam todos os relacionamentos.

A igreja tem insistido no plano de Deus para o casamento: não deve haver separação, mas um amor verdadeiro entre o casal e para com os filhos. Mas, talvez em virtude dessa ênfase e da busca por uma família nos moldes bíblicos, a epidemia de divórcios e separações é tão devastadora para a igreja. Segundo Stott,

quanto mais alto for nosso conceito sobre o ideal de Deus com relação ao casamento e à família, mais devastadora se tornará a experiência do divórcio. Um casamento que teve início em ambiente de amor terno e ricas esperanças se transforma em ruínas. O rompimento conjugal é sempre uma tragédia. Contradiz a vontade de Deus, frustra seu propósito, traz ao esposo e à esposa as dores da alienação, da desilusão, da recriminação e da culpa, e precipita os filhos na crise da confusão, da insegurança e frequentemente do ódio.¹³

Diante disso, é necessário buscar uma resposta para esse dilema causado pela Queda. Mas, é possível encontrar parâmetros bíblicos para avaliar o divórcio e o eventual novo casamento? Partimos do princípio de que a Bíblia é uma revelação progressiva ou cumulativa de Deus e que as respostas finais para o assunto devem vir das palavras de Jesus e de seus seguidores no Novo Testamento.¹⁴ Contudo, o entendimento do NT é construído sobre o AT. Assim, é necessário estabelecer as bases para o ensino sobre essa temática tão complexa no AT e ver se isso pode lançar luz sobre essa dificuldade que enfrentamos e ver se encontramos um caminho a seguir.

2. CASAMENTO NO ANTIGO TESTAMENTO

O texto básico para o casamento no AT é Gênesis 2.23,24: “Esta é agora osso

¹² ORTLUND, 2009, p. 615-616.

¹³ STOTT, 1993, p. 65.

¹⁴ Parte-se do princípio de que “a Bíblia é nossa única regra de fé e prática”. Na prática, fica evidente que há outros fatores que querem tomar a dianteira nas decisões da igreja. Entretanto, a pressuposição que permeia todo o artigo é que a Bíblia é a Palavra de Deus e assim está imbuída de autoridade.

dos meus ossos e carne da minha carne; ela será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne”.¹⁵ A expressão denota uma relação familiar (consanguinidade) entre o casal, ou seja, se relacionam um ao outro no que diz respeito ao parentesco, assim como se relacionam irmão e irmã. O significado é muito mais metafórico que físico. Instone-Brewer comenta que no Israel antigo isso possivelmente era interpretado como “eles serão uma família”.¹⁶

Hamer faz uma distinção interessante do modelo de Adão e Eva e o padrão estabelecido logo em seguida para todos os casamentos:¹⁷

Gênesis 2.23	Gênesis 2.24
Homem e mulher como milagres de Deus	Homem e mulher nascidos de modo natural
Devem permanecer como estão	Tornam-se o que não eram
Em uma união literal de “uma só carne”	Em uma união metafórica de “uma só carne”
Sem necessidade de uma aliança	Por meio de uma aliança volitiva e condicional

Fica claro que o autor toma os princípios do v. 23 e os aplica no v. 24, ou seja, estabelece o padrão para todos os casamentos doravante. Adão e Eva são criados diretamente por Deus, mas depois os humanos são capacitados a gerar descendentes de modo natural (o que não remove a participação divina). Adão e Eva evidentemente são criados um para o outro e sua união é natural. Não há necessidade de uma aliança formal entre eles. Mas depois desse primeiro casamento ocorrem mudanças: o casal se tornará “uma só carne”, denotando fazer parte da família do outro (e não somente a união sexual). Para que isso se concretize, precisa haver uma decisão dos envolvidos que seja regulamentada por condições que ambas as partes se propõem a cumprir.

Essa descrição do casamento, mesmo que breve, é feita antes da Queda. Isso implica o padrão ideal a ser buscado por aqueles que querem viver no mundo de Deus com a bênção dele. “Disse mais o SENHOR Deus: Não é bom

¹⁵ Alguns estudiosos questionam se Gênesis 2.24 seria um acréscimo de um editor tardio, talvez até do período pós-exílico, como uma nota explicativa que quebra a continuidade do texto. Contudo, essa observação não tem sido levada muito a sério pelos estudiosos de modo geral. Hamer afirma que “o v. 24 não é uma observação acrescentada à história que está sendo contada nem uma glosa posterior de um editor” (HAMER, 2015, p. 17). Para uma discussão sobre esse assunto, veja TOSATO, 1990.

¹⁶ INSTONE-BREWER, 2002, p. 22.

¹⁷ HAMER, 2015, p. 22.

que o homem esteja só” (Gn 2.18) é a avaliação que Deus faz antes da Queda, indicando que a Criação perfeita ainda não está completa.¹⁸ Em outras palavras, a avaliação de Deus é que o homem é incompleto sem a mulher. A designação da mulher como “ajudadora/auxiliadora” não é pejorativa, mas de alguém que supre aquilo que o homem não pode fazer sozinho.¹⁹ Além disso, a mulher “corresponde” a ele,²⁰ ou seja, o que o homem recebeu na criação, ela também recebe; ambos são criados “à imagem e semelhança de Deus” e por isso não há necessidade de hierarquia entre eles,²¹ já que não tiveram experiência com

¹⁸ Essa avaliação divina surpreende o leitor, já que ouviu o refrão depois de cada dia da criação atestando que a esta era boa (Gn 1.4,10,12,18, 21,25,31). Isso chama a atenção para a necessidade do companheirismo para o homem. Além disso, o fato de reconhecer a deficiência no homem, Deus ainda posterga a solução para o problema, algo diferente das provisões quase que imediatas da palavra divina em Gênesis 1. Isso levanta a tensão na narrativa e permite ao homem sentir a solidão (WENHAM, 1987, p. 68).

¹⁹ ROSS, 1993, p. 126. O termo também é utilizado para a provisão de ajuda militar (Is 30.5; Ez 12.14; Os 13.9). O termo não indica que a pessoa ajudada é inferior àquele que ajuda, antes que a força do que foi ajudado é insuficiente por si só (Js 1.14; 10.4,6; 1Cr 12.17,19,21,22), ou seja, transmite a noção de complementaridade (WENHAM, 1987, p. 68). Além disso, o próprio Deus é descrito comumente como “ajudador” (Êx 18.4; Dt 33.7; 1Sm 7.12; Sl 20.2; 46.1). A LXX traduz o termo como *boethos*, que em outras passagens descreve um médico. Assim, o homem foi criado de uma maneira que precisa da ajuda de um parceiro, ou que é incapaz de cumprir seu destino sem assistência mútua. Não se trata apenas de ajuda para suas tarefas diárias ou para a procriação (embora estejam incluídas), mas de suporte mútuo proporcionado pelo companheirismo. Não há restrições estabelecidas para um ou para outro, visto que formam uma unidade (Ross 1993, 126). Por outro lado, o fato de que Adão a chama de ‘mulher’ (cf. também 3.20) pode indicar que se espera que ela lhe seja subordinada, apesar de serem iguais (WENHAM, 1987, p. 70).

²⁰ Homem e mulher correspondem um ao outro física, social e espiritualmente. As lacunas de um são preenchidas pelo outro e vice-versa (ROSS, 1993, p. 126). Ser feito da costela, ou “do lado” de Adão, indica que Deus tomou osso e carne para construir a mulher (HARTLEY, 2003, p. 62). O relato aqui é poético e não deve ser visto como uma operação cirúrgica. Deus fez cair um sono profundo sobre Adão para indicar que ele não teve parte alguma na criação da mulher. Cassuto identifica essa questão da costela da seguinte maneira: “Assim como a costela se encontra do lado do homem e está atrelada a ele, da mesma forma a boa esposa — a costela de seu marido — está a seu lado para ser ajudadora-contraparte dele e sua alma está ligada à dele” (*apud* WENHAM, 1987, p. 69). Ou nas palavras de Matthew Henry: “Eva não foi feita de sua cabeça para não superá-lo, nem de seus pés, para não ser pisada por ele, mas de seu lado, para ser igual a ele, debaixo de seu braço, para ser protegida, e ao lado de seu coração, para ser amada” (*apud* WENHAM, 1987, p. 69). Cabe lembrar que esse relato descreve o ideal do casamento: um relacionamento caracterizado por harmonia e intimidade entre os cônjuges (WENHAM, 1987, p. 69).

²¹ O termo hierarquia é problemático porque no mundo contemporâneo ele vem carregado de conotações de superioridade/inferioridade. Em certo sentido, hierarquia não é o resultado da Queda, visto que é possível que haja uma hierarquia funcional temporal na Trindade (1Co 15.28; Fp 2.5-11, veja ERICKSON, 2015, p. 330-332). Nesse sentido também deve haver submissão entre as pessoas e a igreja. “É um governo de submissão mútua, ativa e voluntária. De um lado, entre o povo de Deus, os líderes amam e servem aos outros, e se tornam escravos deles; não ficam controlando os governados. Abominam os conceitos mundanos de ‘ter a última palavra’ e de definir hierarquia como subordinação dos menos importantes (Mt 20.25-

o mal até esse ponto.²² O resultado de tudo isso é a exultação de Adão, já que a criação chegou ao clímax com a parceria complementar entre homem e mulher, algo único nos textos do antigo Oriente Próximo.²³ De acordo com Calvino, “o homem foi formado para ser um animal social”,²⁴ ou, em outras palavras, “não estamos sós, nem jamais foi pretendido que estivéssemos; fomos feitos através de nosso próximo, com ele e para ele”²⁵. Conforme June Osborne, isso tudo inicia com Deus que se relaciona com sua criação:

O próprio Deus é pessoal; ele se dá em relacionamento. E é assim que ele deseja que vivamos. Ele não queria que Adão ficasse sozinho. Sem a dependência de uns [para] com os outros, não poderíamos nunca ser pessoas inteiras. O relacionamento deve ser fundamentado em amor doador, complementaridade, respeito mútuo, aceitação e crescimento. Isso se vê de maneira especial no casamento, mas de maneira nenhuma se limita a isso”.²⁶

A Queda, todavia, afetou este ideal. Relações fraternas se tornam lutas pelo poder e isso atinge todas as relações matrimoniais e familiares. Parece que o caos primevo volta a ser ameaça. Se o relato da criação se concentra em apresentar a função da criação,²⁷ por meio da qual Deus derrota esse caos, parece que a opção do ser humano, ao desprezar a orientação de Deus, é deixar a função e a ordem estabelecida por Deus para voltar ao caos. A Queda é descrita como quebra de relacionamentos e não somente quebra de leis:

28). De outro lado, os liderados submetem-se ativa, independente e espontaneamente a essa liderança. *Hierarquia, obediência e submissão* são palavras perigosas, pois não atribuímos a elas significados bíblicos, mas mundanos. Precisamos santificá-las ou inventar um novo vocabulário” (WALTKE, 2016, p. 274).

²² Eles estão nus e não se envergonham (Gn 2.25). Estão à vontade um com o outro, sem o receio de que um explore o outro para o mal (ROSS, 1993, p. 127). O contraste fica evidente após a Queda, quando os humanos se escondem de Deus e um do outro (Gn 3.7-11).

²³ ROSS, 1993, p. 126-127.

²⁴ *Apud* MILNE, 1987, p. 102.

²⁵ MILNE, 1987, p. 102.

²⁶ OSBORNE, 2000, p. 153.

²⁷ O relato da criação estabelece inicialmente as funções e depois como as funções são executadas. Na criação temos a luz sendo criada (primeiro dia) e como a função é desempenhada (quarto dia). Essa ideia continua na função do segundo e terceiro dia e como a função é desempenhada (quinto e sexto dia). Assim foi criado o céu e a terra (o cosmo) e cada elemento tem sua função dentro dele (WALTON, 2003, p. 164-165; 2016, p. 23-42). Victor Hamilton, de modo parecido, sustenta que os dias um a três seriam de preparação, falando da escuridão, do abismo das águas e da terra sem forma (Gn 11.2), enquanto os dias quatro a seis falam da população, envolvendo Deus enchendo o que tinha formado. O dia sete conecta Deus com o sábado do descanso de Israel (Êx 20.8-11) (*apud* TREIER, 2005, p. 144).

Relacionamento	Antes da Queda	Depois da Queda
Com Deus	Submissão: comunhão diária com Deus ²⁷	Rebelião: fuga contínua de Deus
Com o próximo	Igualdade: relacionamento aberto	Inimizade: ser melhor que o outro
Consigo mesmo	Segurança: harmonia entre desejo e dever	Confusão: conflito entre desejo e dever
Com a natureza	Harmonia: uso controlado	Exploração: uso desenfreado

3. DEUTERONÔMIO 24.1-4 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO NO AT

Mesmo que não fosse a proposta ideal de Deus, de uma forma geral o divórcio era permitido no AT. Deuteronômio 24.1-4 regulamenta a prática de divórcio já existente em Israel. Esse é o texto mais conhecido que trata do divórcio e do novo casamento, embora, na verdade, não trata dessa questão. De modo resumido, o texto relata a situação de um homem que se casou e depois de algum tempo encontra algo em sua esposa que reprova a ponto de odiá-la. Diante dessa situação, ele entrega a ela o certificado de divórcio e a manda embora. Ela casa-se com outro homem e a história se repete: o marido não gosta mais dela, a odeia e manda embora com o certificado de divórcio (ou então, o segundo marido falece). Agora vem o questão central do texto: o primeiro marido não poderá casar-se novamente com a primeira esposa, pois ela foi contaminada. Esse casamento seria detestável para o Senhor e traria consequências sobre a terra.

O texto apresenta diversas dificuldades exegéticas. Um dos problemas é a sintaxe. Lemos na NVI:

Se um homem casar-se com uma mulher
e depois não a quiser mais por encontrar nela algo que ele reprova,
[então] dará certidão de divórcio à mulher
e a mandará embora.

Se, depois de sair da casa, ela se tornar mulher de outro homem,
e este não gostar mais dela, lhe dará certidão de divórcio,
e a mandará embora.

Ou se o segundo marido morrer,

²⁸ Embora o texto de Gênesis não fala que Deus se encontrava diariamente com os humanos no jardim, dá a entender que esse era o caso pelo fato de que eles se escondem quando pecam, antecipando a visita dele.

[**então**] o primeiro, que se divorciou dela, não poderá casar-se com ela de novo, visto que ela foi contaminada.

Seria detestável para o SENHOR.

Não tragam pecado sobre a terra que o SENHOR, o seu Deus, lhes dá por herança.

Na forma que o texto é traduzido, ele apresenta 2 ensinamentos: O v. 1 tem a prótase [**se...**] “**Se** um homem casar-se com uma mulher e depois não a quiser mais por encontrar nela algo que ele reprova” e a apódose [**então...**] “dará certidão de divórcio à mulher e a mandará embora”. O texto está praticamente intimando o marido a mandar a esposa embora se encontrar nela algo que reprova. Além disso, nessa versão o v. 2 inicia com outra prótase: “**Se**, depois de sair da casa...” e a apódose ocorre somente no v. 4: “[**então**] o primeiro, que se divorciou dela...”, estabelecendo o segundo ensinamento: se ela se casar de novo e depois disso se divorciar novamente (ou se o segundo marido falecer), não pode voltar ao primeiro marido. A gramática do texto não está errada se o texto for interpretado dessa forma, mas o consenso dos exegetas contemporâneos é de que a prótase [**Se...**] inicia no v. 1 e continua até o v. 3, sendo que a apódose [**então...**] ocorre apenas no v. 4. Assim a tradução seria (como está na ARA):

Se um homem tomar uma mulher e se casar com ela,

e se ela não for agradável aos seus olhos, por ter ele achado coisa indecente nela,

e se ele lhe lavar um termo de divórcio, e lho der na mão,
e a despedir de casa;

e se ela, saindo da sua casa,
for **e se** casar com outro homem;

e se este a aborrecer,

e lhe lavar termo de divórcio,

e lho der na mão,

e a despedir da sua casa

ou **se** este último homem, que a tomou para si por mulher, vier

a morrer,

então, seu primeiro marido, que a despediu,

não poderá tornar a desposá-la para que seja sua mulher,

depois que foi contaminada,

pois é abominação perante o SENHOR; assim,

não farás pecar a terra que o SENHOR, teu Deus, te dá por

herança.

Dessa forma, o texto não exige o divórcio — essa também é a interpretação dada por Jesus em Mateus 19.7,8, ou seja, o divórcio não é exigido, mas uma

provisão para regulamentar uma separação que já ocorreu, pressupondo com isso que o divórcio é permitido.²⁹ O texto está proibindo à mulher divorciada que se casou com o segundo marido e depois disso se divorciou mais uma vez (ou seu segundo marido faleceu) de retornar ao primeiro marido.³⁰ Essa é a interpretação mais comum entre os exegetas contemporâneos.³¹

Esse texto parece indicar que uma mulher poderia ser divorciada com um processo que envolvia um certificado de divórcio,³² um documento que permitia à mulher um novo casamento sem a acusação de adultério.³³ Assim,

²⁹ WRIGHT, 2003, p. 255. Assim o divórcio não é obrigatório, mas permitido em determinadas circunstâncias como uma instituição cultural (SPRINKLE, 1997, p. 530). O divórcio não faz parte do propósito original de Deus, mas uma concessão para diminuir o mal causado pela Queda.

³⁰ A lei do certificado de divórcio põe um fim a um casamento complicado. Em outras culturas do antigo Oriente Próximo, o marido poderia negligenciar sua esposa e depois retomá-la no prazo de cinco anos, mesmo que tivesse ela se casado com outro homem (INSTONE-BREWER, 2002, p. 30).

³¹ SPRINKLE; WAKELY; KEIL; CRAIGIE; THOMPSON; MAYES; KALLAND; MERRILL; STOTT, 1993, p. 73; DAVIDSON, 2007, p. 390; BLOCK, 2010, p. 468-469; et al. (veja SPRINKLE, 1997, p. 530; WAKELY, 2011, v. 2, p. 716). Sprinkle chega a afirmar que não encontrou estudiosos contemporâneos algum que defenda a ideia de que há dois mandamentos em Deuteronomônio 24.1-4 como a KJV o faz, visto que a maioria das versões contemporâneas em inglês adotam a sintaxe de que há somente uma prótase e uma apódose (SPRINKLE, 1997, p. 530). Diante disso é surpreendente que a maioria das versões em português, mesmo as contemporâneas, continuem com duas prótases e apódoses (NVT, NVI, ACF, ARC, A21, NTLH, BJ, CNBB). *Contra* Warren (1998) que defende com base na gramática hebraica diversas apódoses em Deuteronomônio 24.1-4 e defende que essa “obrigação” do divórcio foi alterada para “permissão” no NT.

³² A indicação de um certificado de divórcio é singular no antigo Oriente Próximo. Não há referência fora do judaísmo a respeito de um certificado de divórcio ou outro documento que a mulher divorciada receberia. Não possuímos as palavras exatas do certificado de divórcio no Pentateuco, mas há bons motivos para supor que é bem parecido com o que possuímos de fontes rabínicas que datam do século quinto a.C. e cuja origem pode ser traçada até o século 14 a.C., na Babilônia. O que há de mais parecido com o certificado de divórcio é uma pequena placa dada para a esposa de um marido capturado em uma guerra. Nesse caso, a esposa espera dois anos e depois pode se casar com quem quiser. A esposa recebe uma pequena placa do conselho da cidade presumindo que o marido estava morto e que, portanto, ela era viúva. Essa placa provavelmente não era entregue a todas as viúvas, somente àquelas em que a viuvez estava em dúvida (INSTONE-BREWER, 2002, p. 28-29).

³³ SPRINKLE, 2003, p. 743. O texto indica que o homem fará, ou escreverá o certificado de divórcio. No entanto, boa parte da população era analfabeta, o que poderia indicar que muitos teriam de contratar um escriba para escrever o documento. Segundo Driver isso talvez exigisse que o marido provasse a culpa da esposa. Mas o texto não afirma a necessidade de contratar alguém para o serviço (GANE 2001, 50). Infelizmente a forma de interpretar a regulamentação do certificado de divórcio (que visava proteger a mulher) se tornou um meio de impedir o divórcio. Era interpretado que a mulher não poderia se divorciar sem o certificado e que o marido precisava escrevê-lo. Uma corte poderia forçar o marido a escrever um certificado de divórcio em algumas situações (INSTONE-BREWER, 2002, p. 31), mas fica claro que a lei dada com uma intenção podia ser utilizada no sentido oposto, algo não muito incomum com muitas leis contemporâneas.

o certificado implicava não somente uma permissão legal para o divórcio, mas também a autorização legal para um novo casamento.³⁴ Qual seria a utilidade do certificado se em primeiro lugar não autorizasse o novo casamento da mulher sem ser acusada da ofensa capital do adultério? O certificado também poderia ser um documento legal que afirmava, com testemunhas, que o dote da esposa havia sido devolvido. A permissão para o novo casamento do marido não é exigida, porque em uma sociedade que permite a poligamia [em certas circunstâncias], o marido poderia tomar uma segunda esposa sem se divorciar da primeira.³⁵

Ter relações sexuais com uma mulher casada (a não ser a própria) era considerado adultério.³⁶ Logo, se uma mulher casada fosse colocada para fora de casa ninguém a tocava, pois isso levaria ao adultério, cuja pena era a morte. Isso colocava a mulher divorciada em uma situação sem muitas alternativas, levando diversas delas a optarem pela prostituição. O certificado de divórcio permitia que a mulher divorciada pudesse se casar novamente sem ser acusada de adultério e ainda possibilitaria a ela uma sobrevivência digna.³⁷

Ao que tudo indica, questões como o divórcio não precisariam ser levadas aos tribunais.³⁸ Segundo as informações disponíveis, todas as culturas do mundo antigo permitiam o novo casamento em caso de divórcio. Ao marido (e às vezes à mulher) era dado o direito de se divorciar e a liberdade para um novo casamento. No AT mesmo que a esposa fosse a parte “culpada”, poderia se casar novamente. Frequentemente a mulher divorciada recebia de volta o dote e um dinheiro adicional. O divórcio não era muito frequente no mundo antigo porque era financeiramente oneroso.³⁹

³⁴ Visto que, de forma geral, a esposa era vista como propriedade do marido, sem um divórcio oficial ele poderia pedi-la de volta a qualquer hora que achasse conveniente. Além disso, se ela se envolvesse com qualquer outro homem, ele poderia denunciá-la como adúltera. Por isso o certificado servia de proteção para a mulher (BLOCK, 2010, p. 469).

³⁵ SPRINKLE, 1997, p. 530, nota 1.

³⁶ De acordo com Westbrook “o adultério no Antigo Oriente Próximo era [...] uma ofensa contra o marido, pelo qual ele poderia reivindicar certas reparações, e um pecado que poderia evocar castigo divino” (apud HAMER, 2015, 69). Todavia Epstein afirma que o AT levou essa questão mais longe do que as leis do antigo Oriente Próximo. Em vez de uma ofensa contra o marido, o adultério foi transformado em um crime moral, ou como Phillips afirma, um crime contra Deus, algo inédito no contexto do antigo Oriente Próximo (apud HAMER 2015, p. 85).

³⁷ FEINBERG; FEINBERG, 1993, p. 311.

³⁸ O divórcio não necessitava que as autoridades civis avaliassem as razões para a separação, antes era uma questão familiar, resolvida entre as partes (WRIGHT, 2003, p. 255; WAKELY, 2011, v. 2, p. 716).

³⁹ STOTT, 1990, p. 290-291; ATKINSON, 1990, v. 1, p. 482.

Cabe lembrar que esse texto não incentiva o divórcio, apenas procura regulamentá-lo. Na verdade, esse texto está regulamentando o novo casamento — pressupõe que o divórcio já tenha ocorrido. Além disso, o texto não explicita o motivo concreto da separação, ou seja, עֲרֻת דָּבָר, *erwat dabar* (“alguma coisa vergonhosa”) (Dt 24.1) que o marido descobriu em sua esposa é algo não muito específico (ao menos para os leitores atuais). Mas fica claro que o divórcio é definido por esse motivo, dando a entender que o divórcio também ocorria por outros motivos. Aqui, “alguma coisa vergonhosa” é o motivo real para a quebra do relacionamento e não uma desculpa utilizada para se divorciar por qualquer outro motivo.⁴⁰

Sprinkle sugere que a falta de definição do que vem a ser “alguma coisa vergonhosa” se deve ao fato de que o texto não quer listar os motivos pelos quais o divórcio é permitido. Antes, o texto especifica que tipo de novo casamento não é permitido.⁴¹ Diversas hipóteses têm sido sugeridas para explicar o motivo pelo qual esse novo casamento não é permitido:

1. Filo achava que a mulher havia cometido adultério. Se o marido torna a se casar com ela, seria cúmplice do adultério dela.⁴² Contudo, a pena para o adultério é a morte, logo essa explicação parece não se encaixar. A maioria dos estudiosos acha que “alguma coisa vergonhosa” não se refere a adultério.⁴³ Contudo não se sabe se a pena de morte era de fato aplicada ao adultério, e em que período isso supostamente vigorava;⁴⁴

2. Garrett sugere que a esposa procurou envolver o marido em uma prática sexual perversa. Mas o marido se recusou a participar e assim se divorciou legalmente dela. Como o ato perverso não se concretizou, o *erwat dabar* (alguma coisa vergonhosa) não passa de uma expressão. Se o ex-marido se casasse outra vez com ela, estaria se contaminando agora (o que tinha recusado anteriormente), fato que a levou a se contaminar com a mesma prática na cama com o segundo marido.⁴⁵ Isso equivaleria à abominação, fazendo a

⁴⁰ GANE, 2001, p. 39.

⁴¹ SPRINKLE, 1997, p. 531.

⁴² *Apud* GARRETT, 2011, p. 246.

⁴³ Veja SCACEWATER, 2012, p. 69.

⁴⁴ No tempo de Jesus, ao que tudo indica, o adultério não era castigado com a morte. O mesmo ocorre já no séc. 5 a.C. nos relatos da comunidade judaica de Elefantina (WENHAM, 1989, p. 8-9).

⁴⁵ Craigie sustenta que “alguma coisa vergonhosa” pode ter sido uma expressão técnica legal, mas não se tem certeza. A expressão denota algo impuro, mas não adultério (CRAIGIE, 1976, p. 305). Christensen sustenta que a esposa foi pega de surpresa em uma situação ou posição

terra pecar, algo parecido com o que está narrado depois de práticas sexuais pervertidas: “Não vos contamineis com nenhuma dessas coisas, porque as nações que eu expulso de diante de vós se contaminaram com todas elas. E eu castigo o pecado da terra porque está contaminada, e a terra vomita seus habitantes” (Lv 18.24,25).⁴⁶ Contudo é pouco provável que o divórcio seria permitido somente por causa de palavras;⁴⁷

3. Segundo Laney, para desencorajar o divórcio e o novo casamento. Essa proibição desencoraja o divórcio porque a possibilidade de a mulher divorciada se recasar seria muito pequena; assim desencoraja o novo casamento porque a mulher divorciada foi “contaminada” (24.4), o mesmo termo usado para adultério (Lv 18.20).⁴⁸ Logo, o texto estaria dizendo a mesma coisa que o NT sobre o divórcio e o novo casamento: o casamento depois do divórcio equivale ao adultério. Por outro lado, temos que ter em mente que seria muito difícil entender como essa lei impediria o marido enraivecido de se divorciar de sua esposa. Ele não estaria pensando num possível recasamento no futuro. Além disso, ela estaria “contaminada” somente quando, depois de um novo casamento e subsequente divórcio com outro parceiro, ela se recasasse com o primeiro marido, ou seja, a contaminação não ocorre necessariamente no relacionamento com outros homens. Se o novo casamento seria adultério, por que não é considerado ofensa capital, ou ao menos, por que não há uma condenação juntamente com o ato pecaminoso? Parece que esta visão lê o NT para dentro do AT;⁴⁹

4. Segundo Yaron, para dar suporte e estabilizar o segundo casamento, evitando assim um triângulo amoroso da esposa com os dois maridos, que desestabilizaria o segundo casamento. Para evitar essa possibilidade, a volta ao primeiro relacionamento é totalmente proibida. Mas o impedimento de voltar para essa relação mesmo após a morte do primeiro marido advoga contra essa proposta;⁵⁰

5. Wright sugere que essa lei visava proteger a mulher de ser jogada para cá

comprometedora, ou seja, com as partes íntimas expostas, indicando vergonha pública (*apud* SCACEWATER, 2012, p. 68).

⁴⁶ GARRETT, 2011, p. 248.

⁴⁷ Para uma crítica detalhada, embora um pouco exagerada da posição de Garrett, veja MCFALL, 2017.

⁴⁸ LANEY, 1992, p. 10; SPRINKLE, 1997, p. 531.

⁴⁹ SPRINKLE, 1997, p. 531.

⁵⁰ SPRINKLE, 1997, p. 531; LOPES, 2005, p. 103; THOMPSON, 1982, p. 234.

e para lá entre dois homens irresponsáveis.⁵¹ O certificado de divórcio permitia um novo casamento sem a acusação de adultério. Contudo, segundo ele, é possível de que moralmente o novo casamento fosse considerado adultério, razão pela qual o texto utiliza o termo “contaminada” que significa ritualmente impura, ou fora dos limites do primeiro marido. Em outras palavras, voltar a se relacionar com o primeiro marido estaria fora dos limites; ela não deve ser buscada nem tocada por ele;⁵²

6. Segundo Wenham, estaria baseado nas leis do incesto de Levítico 18 e 20. Segundo essa lógica, o casamento da mulher, seguido de divórcio e novo casamento leva os dois maridos a se tornarem irmãos, baseado no princípio de “uma só carne” (Gn 2.24). Assim, a mulher, em algumas situações, é descrita como a irmã do marido. Mas essa interpretação é altamente especulativa e contrária ao senso comum, que afirma que a esposa somente será considerada irmã do marido no sentido figurado;⁵³

7. Alguns estudiosos sugerem que a razão seria impedir que o divórcio fosse usado legalmente para defender o adultério;⁵⁴

8. Outros entendem que “alguma coisa vergonhosa” se trata de alguma anormalidade física, como o ciclo menstrual irregular.⁵⁵ Assim o divórcio ocorreu pela falta de herdeiros nascidos da relação, mas o retorno não resolveria o problema;

9. Segundo Driver era algo impróprio, não algo imoral, ou seja, um “comportamento impróprio”.⁵⁶ Ele também sugere que a regulamentação visava impedir o divórcio por motivos fúteis e levaria o marido que se divorciou da esposa a considerar tomá-la de volta antes que se tornasse esposa de outro, ou ainda impedir a mulher que contraíra o segundo casamento de conspirar

⁵¹ Esta também é a posição defendida por Nachmánides (séc. 13) (GARRETT, 2011, p. 246). Hegg descreve a mulher nessa situação como “propriedade compartilhada”, algo muito próximo da prostituição (HEGG, 2016, p. 4).

⁵² WRIGHT, 2003, p. 255, 262.

⁵³ *Apud* SPRINKLE, 1997, p. 531; WRIGHT, 2003, p. 262.

⁵⁴ CRAIGIE, 1976, p. 305-306; WAKELY, 2011, v. 2, p. 717. Ou seja, ficar trocando de esposa via divórcio deveria ser impedido, já que deveria ser considerado adultério. Ramban, um exegeta judaico da Idade Média faz um comentário interessante sobre Deuteronômio 24: “a razão para esta proibição é para que as pessoas não troquem suas esposas com outro: ele poderia escrever um certificado de divórcio para ela a noite, e de manhã ela poderia retornar a ele” (*apud* GANE, 2001, p. 52-53).

⁵⁵ BLOCK, 2010, p. 469.

⁵⁶ Tigay acha que se trata de um comportamento odioso ou detestável, e não um defeito ou qualidade física deplorável (*apud* SCAEWATER, 2012, p. 68).

contra o segundo marido;⁵⁷

10. Westbrook acha que o motivo principal era econômico. Se o marido mandasse a esposa embora por um motivo reconhecido por violar a aliança do casamento, poderia fazê-lo sem devolver o dote. Mas, se o divórcio fosse por motivos puramente subjetivos — simplesmente porque não gosta mais dela — o marido teria que devolver o dote. O mesmo autor argumenta que, no primeiro casamento, a mulher foi mandada embora por “alguma coisa vergonhosa” (sem o dote). Mas no segundo casamento foi mandada embora sem motivo, levando assim o dote. Assim, a lei impediria de voltar ao primeiro casamento para que o primeiro marido não a tomasse de volta querendo tirar vantagens financeiras, casando-se com ela simplesmente por causa do dote que ela trazia. A questão não seria que a mulher está “contaminada”, mas que o primeiro marido a declarou “contaminada” e lucrou com o seu dote. Tendo lucrado declarando que ela estava “contaminada” não deveria lucrar agora pela segunda vez com o dote dizendo que ela estava “pura”.⁵⁸ Contudo Westbrook está lendo demais entre as linhas. Se o dote fosse tão fundamental, porque não temos uma menção dele no texto? Mas é provável que essa ação quebrava as demarcações da família. O marido que havia desprezado sua mulher de maneira a exigir o seu dote, não poderia repetir o processo. A sua primeira ação deveria ser definitiva. Isso limitava o poder dos homens de fazer o que queriam com as mulheres e assim conferia dignidade a elas;⁵⁹

11. Tanto Stienstra quanto Isaksson afirmam que a mulher divorciada estaria proibida de retornar a seu primeiro marido se ela tivesse relacionamento sexual com outro homem, mesmo que não houvesse se casado subsequentemente com ele. Uma mulher que estivesse noiva ou casada que teria sido infiel sexualmente estava por lei tecnicamente condenada à morte e, portanto, lhe era negado retornar a seu noivo ou marido (Dt 22). Assim, eles veem que esse mesmo princípio se aplicaria para a mulher divorciada.⁶⁰

Pelo número de tentativas de explicar a situação, logo se percebe que não há consenso e que esse dificilmente vai ser encontrado. Fica claro que o certificado de divórcio visa proteger a mulher e que o novo casamento nesse

⁵⁷ SCACEWATER, 2012, p. 67-68; WAKELY, 2011, v. 2, p. 717; GARRETT, 2011, p. 246.

⁵⁸ *Apud* SPRINKLE, 1997, p. 531-532. GUENTHER (1995, p. 51) e BRUCE WELLS (SCACEWATER, 2012, p. 74-75) também defendem essa posição.

⁵⁹ SPRINKLE, 2003, p. 744-745.

⁶⁰ *Apud* HAMER, 2015, p. 89.

caso é permitido. Mas o motivo pelo qual o novo casamento não é permitido ainda não está claro. Como geralmente ocorre, as tentativas lançam alguma luz sobre a dificuldade, mas não conseguem resolver a questão. E por serem tão divergentes, é difícil até sugerir qual delas seria mais provável.

4. CONTAMINAÇÃO, ABOMINAÇÃO E FAZER A TERRA PECAR.

Além dessa dificuldade, Deuteronômio 24.4 ainda tem diversas expressões um tanto enigmáticas que, embora já aludidas anteriormente, precisam de explicação adicional: “então seu primeiro marido, que a havia mandado embora, não poderá voltar a tomá-la por mulher, depois de contaminada, pois isso é uma abominação diante do SENHOR. Não farás pecar a terra que o SENHOR, teu Deus, te dá por herança”. Não é muito fácil determinar o que significado dos termos “contaminada” e “abominação” e como isso “faz pecar a terra”. A esposa divorciada foi contaminada aparentemente pelo relacionamento com o segundo marido. Retornar para o primeiro marido seria abominação, o que faz pecar a terra.⁶¹ Da mesma forma diversas hipóteses foram propostas para tentar resolver as questões. Como elas estão interligadas, serão analisadas em conjunto:

1. Segundo Walton (et. al.), o verbo incomum (טמא, *tm'*) usado para descrever que a mulher foi contaminada indica que ela é a parte inocente. De alguma forma ela foi forçada a declarar sua impureza por causa da ação de seu primeiro marido.⁶² O fato de ela se casar novamente dá a entender que o

⁶¹ Não se deve equacionar a contaminação com a abominação. A abominação seria um novo casamento com o primeiro marido e a contaminação ocorre pelo segundo casamento. A contaminação não ocorre pelo divórcio, caso contrário teria que impedir o segundo casamento. Além disso, também não pode se referir ao novo casamento com o primeiro marido, pois este casamento ocorre depois da contaminação (SCACEWATER, 2012, p. 71). Ao que tudo indica, não há impedimento para um casamento com um terceiro marido.

⁶² Assim, segundo Brug, o texto de “Deuteronômio 24 deveria ser traduzido como: ‘Ela foi forçada a se declarar impura quando o primeiro marido se divorciou dela. Essa impureza não foi resultado de um ato imoral da parte dela, nem de seu casamento com o segundo marido, mas da declaração que ela foi forçada a fazer pelo primeiro marido quando se divorciou dela’ (apud SCHUETZE, 2017, p. 2). Assim, a proibição do casamento não atingiria a mulher, mas o marido (*ibidem*). Walton discute essa situação com o *hutqattel*, uma forma hebraica que aparece somente quatro vezes no texto hebraico (Dt 24.4; Lv 13:55,56; Is 34:6). Segundo essa forma, ela foi forçada a se declarar impura. Como ela não tem culpa da impureza, não há restrições para um segundo casamento. O fato que o segundo marido se casa com ela indica que ele está disposto a viver com ela nesse estado (indicando a dureza de coração do primeiro marido). É marcante que Jesus também se refere à dureza de coração em Mateus 19.8. Assim, a proibição ao retorno para o primeiro marido está ligada à proteção de mulher. Por que o marido que a desgraçou (afirmando que encontrou nela “alguma coisa vergonhosa”) teria a intenção de se

segundo marido conseguiu acomodar a situação que ocasionou o divórcio.⁶³ Assim, ao que tudo indica a esposa não fez nada de errado e o divórcio se deve à dureza de coração do marido;⁶⁴

2. Averbeck sugere que a contaminação da mulher teria ocorrido por ela ter cometido adultério, visto que se divorciou do primeiro marido, se casou com o segundo e depois voltou ao primeiro, ou seja, teve um duplo novo casamento, algo típico do que ocorre no adultério.⁶⁵ Craigie concorda que o termo contaminada sugere adultério (cf. Lv 18.20). Casando-se após o divórcio ela coabita com outro homem, o que seria parecido com adultério.⁶⁶ Se a mulher retorna depois para o primeiro marido, a analogia com o adultério se torna ainda mais completa. Assim, a intenção seria aplicar restrições ao divórcio que já era praticado. Se o divórcio se tornasse fácil demais, se tornaria uma forma legal ou institucionalizada de praticar o adultério. Assim a terra ficaria poupada desse pecado;⁶⁷

3. Feinberg e Feinberg tentam inferir o significado a partir da proibição

casar outra vez com ela? Possivelmente por questões financeiras, uma condição que ela trouxe do segundo casamento. Assim, esse texto não lança luz sobre a questão do novo casamento e muito pouco sobre o divórcio (WALTON, 2017).

⁶³ WALTON; et. al., 2000, p. 198.

⁶⁴ WALTON, 2017.

⁶⁵ AVERBECK, 2011, v. 2, p. 371.

⁶⁶ Ela se torna contaminada depois de algo — o que parece ser o segundo casamento. O termo

contaminada (נִטְמָא) poderia indicar a forma passiva: “ela foi contaminada”, ou reflexiva: “se contaminou”. Como o termo é utilizado em relação ao adultério (Lv 18.20; Nm 5.13,14), Laney sustenta que se trata de adultério quando ela se divorcia e depois coabita com outro homem. Isso estaria em sintonia com Marcos 10.11,12 em que para Jesus o divórcio e o subsequente novo casamento, seja por parte do marido ou da mulher, é considerado adultério (LANEY, 1992, p. 8). Mas outra vez, parece que o NT é lido para dentro do AT.

⁶⁷ CRAIGIE, 1976, p. 305-306. Merrill vai adiante e acha que se trata de adultério porque quando Jesus faz referência à expressão *erwat dabar* de Deuteronômio 24 em Mateus 5 como *πορνεία* (imoralidade sexual), deve significar adultério, mesmo que os termos não sejam sinônimos (*apud* SCACEWATER, 2012, p. 69, nota 25). Scacewater discorda e propõe que o termo *πορνεία* não deveria ser entendido em Mateus 5.32 e 19.9 como adultério. O autor diferencia entre *πορνεία* (imoralidade sexual) e *μοιχεία* (adultério). Ambas as palavras ocorrem juntas em Mateus 15.19 e 5.32, o que para ele deixa claro que Jesus claramente faz distinção entre o significado das palavras. Para ele, *μοιχεία* se refere a adultério no contexto do casamento, enquanto *porneia* à imoralidade sexual de modo geral possivelmente no contexto do noivado, em que o termo *ἀπολύω* pode ser usado para divorciar, ou mandar embora a esposa ou a noiva [segundo BAGD, 1979, p. 96] (SCACEWATER, 2012, p. 69, nota 25). Embora BAGD fale da possibilidade de distinção entre as palavras, essa proposta de Scacewater é construída sobre uma suposição hipotética da diferença entre essas palavras no grego do Novo Testamento e ainda aplicando-a para o texto do AT. Embora a solução seja possível, é pouco provável, visto que não parece haver distinção entre o desvio sexual de uma noiva ou de uma mulher casada, além de construir sobre uma possibilidade hipotética.

do divórcio de Mateus 5. Se alguém se divorciar (a não ser motivado por alguma indecência sexual), aos olhos de Deus ainda estaria casado. Quando a mulher divorciada se casa outra vez, estaria cometendo adultério, uma vez que se divorciou por razões impróprias. Questionados se a mulher não deveria ser morta em virtude das leis do AT, os autores respondem que ela se tornou adúltera sem saber, ou seja, não foi intencional. Como a lei do AT é mais leniente com pecados não intencionais, ela não deveria ser apedrejada. A abominação seria casar com uma adúltera. Ao que tudo indica os autores ouviram críticas a respeito de sua posição, de que leem demais o NT para dentro do AT. Assim argumentam que mesmo os leitores do AT não entendiam o significado completo dos textos sobre o Messias, por exemplo. Assim, sustentam que podemos utilizar o NT para entender o AT.⁶⁸ Embora a tentativa de resolver a questão seja válida, ler as Escrituras pelos olhos de Jesus não nos ajuda a entender como as pessoas do AT entendiam o texto; antes como era entendido no tempo do NT;

4. Murray enfatiza fortemente que a dissolução do casamento é contra a vontade de Deus. Ele lembra que, embora o segundo casamento não seja visto pelas Escrituras como adultério, não é tão certo que não seja considerado uma forma de contaminação. De qualquer maneira, o retorno para o primeiro marido é considerado contaminação, mostrando que a quebra do relacionamento é anormal;⁶⁹

5. Thompson, ao comentar a alusão a esse texto em Jeremias 3, indica que o termo contaminação significa literalmente “levar a errar o caminho; levar a errar”.⁷⁰ O mesmo autor sugere que o termo abominação sugere que a lei se baseia em um antiga ideia religiosa cultural (Dt 22.5 usa o mesmo termo). “A ideia de que a impureza sexual profanava a terra é encontrada em várias outras passagens do Velho Testamento (e.g., Lv 18.25,28; 19.29; Nm 5.3; Jr 3.2,9; Os 4.3)”;⁷¹

6. Brueggemann sustenta que o segundo casamento tornou a mulher “usada”, que traz contaminação para a comunidade e para a terra. Assim a restrição a voltar para o primeiro marido está ligada à pureza da terra. Segundo

⁶⁸ FEINBERG; FEINBERG, 1993, p. 313-316.

⁶⁹ MURRAY, 1946, 44-45.

⁷⁰ THOMPSON, 1980, p. 190.

⁷¹ THOMPSON, 1982, p. 234.

ele, a lei opera com base na pressuposição de que se alguma coisa estiver “fora de ordem” isso ameaça a ordem de tudo o mais. Uma seqüela de interações sexuais que não são normais representam uma ruptura e ameaça;⁷²

7. Visto que nada impede a mulher de procurar um terceiro marido (embora o texto menciona “depois de contaminada” possivelmente relacionado a algo com o segundo marido), parece indicar que a contaminação ocorre somente se ela se relacionar outra vez ao primeiro marido. Ao que tudo indica, ela se tornou contaminada tendo relações sexuais legítimas com outro homem, o que poderia indicar que a pureza do primeiro marido está em vista. Hamer sustenta que talvez a analogia marital esteja em mente (a relação de Deus com seu povo) para retratar a expulsão permanente de Adão do Éden como resultado do divórcio de Deus para com ele.⁷³

Outra vez, as hipóteses levantadas trazem um pouco de luz sobre o assunto, mas não ajudam a desvendar de modo cabal as palavras envolvidas em Deuteronômio 24.4.

É importante tentar elucidar um pouco a noção de contaminação ou profanação da terra,⁷⁴ algo que soa estranho a nossos ouvidos. Sociedades antigas viam na terra algo diferente do que a sociedade atual. A terra era presente da divindade para o seu povo. Como Deus está por trás da terra, existem regras para a utilização da terra que continua pertencendo a ele. Desobedecer essas regras pode causar a perda da mesma, já que a dádiva da terra faz parte da aliança de Yahweh com o seu povo. Assim, Knierim afirma: “Ela [a criação] é também o critério pelo qual o pecado pode ser diagnosticado no sentido mais profundo da palavra; ele é a violação da totalidade da criação e da presença de Deus nessa totalidade”.⁷⁵ Israel deve expulsar os povos cananeus porque estes não têm uma relação de submissão ao doador da terra.

Depois de os israelitas tomarem a Terra, os mandamentos mosaicos serão os reguladores, com instruções para o governo da Terra. Israel manifesta sua fé pela obediência à estipulação de aliança de servir apenas a *EU SOU* (veja Js 1; 23; 24). Assim como a aliança abraâmica assegura

⁷² BRUEGGEMANN, 2001, p. 236.

⁷³ HAMER, 2015, p. 89-90.

⁷⁴ Há diversas situações que contaminam a terra: prostituição (Lv 19.29); derramamento de sangue inocente (Nm 35.29-34); deixar alguém enforcado por uma ofensa durante a noite (Dt 21.23); o retorno da mulher divorciada que se casou novamente ao primeiro marido (Dt 24.4) (MARTENS, 1994, p. 115).

⁷⁵ *Apud* MARTENS, 2003, p. 773.

a Israel o direito à Terra, a aliança mosaica estabelece que, para desfrutar a Terra, a nação deve confiar e servir continuamente a *EU SOU* (Dt 5.31ss; 6.1ss; 8.1ss; 11.8ss; 12.1; 28.58ss).⁷⁶

Isso significa, nas palavras de Hartley, que Deus fornece leis para Israel que diferem das leis das nações que habitavam a Terra Prometida. As práticas dessas nações contaminavam a terra, visto que cultuavam os deuses da fertilidade, visando à produtividade da terra, do gado e das famílias. Mas, para Israel, a fertilidade está associada ao comportamento humano em conformidade com o dono da terra.⁷⁷ Obediência resulta em bênção e fertilidade, ao passo que comportamento imoral, em especial na área da sexualidade, contamina a terra.⁷⁸ A terra terá náuseas por esse comportamento a ponto de vomitar seus habitantes para fora dela. É Deus que causa o efeito emético na terra. Só livrando-se dos moradores que causam o mal-estar é que a terra pode se recuperar. Na prática, isso descreve a seca, ou a guerra que Deus envia para a terra a ponto de que seus habitantes são forçados a abandonar a terra para sobreviver. De modo irônico, os rituais de fertilidade que as pessoas usam para assegurar a abundância da terra produzem o efeito contrário, eles poluem a terra e por fim expulsam seus moradores.⁷⁹

Segundo Levítico, a terra já estava contaminada pela presença dos cananeus quando Israel tomou posse dela. Essa contaminação ocorreu por causa dos deuses da fertilidade e as práticas decorrentes da adoração desses deuses. Um problema enorme é gerado quando Israel contamina a terra com as práticas dos cananeus, razão pela qual eles foram expulsos dela. Deus fala a Abrão que seus descendentes peregrinarão por terras estranhas, mas depois

⁷⁶ WALTKE, 2016, p. 612.

⁷⁷ A dádiva da terra pode ser entendida de forma errada. A terra é designada de herança (Dt 4.21,38; 12.9; 15.4; 19.10; 26.1), ou seja, ressalta o relacionamento de Yahweh com seu povo (WRIGHT, 1991, p. 55). Assim, a terra continua sendo posse de Deus, mas é administrada por Israel. Se Israel usa a terra contra os preceitos e contra a glória de Yahweh, a própria terra, como extensão de Yahweh se revolta contra seus moradores.

⁷⁸ Em Jeremias além dessas práticas ligadas aos cultos da fertilidade estão a corrupção cúltica e social: “Até na barra das tuas roupas se achou o sangue dos pobres inocentes” (Jr 2.34), bem como a busca de segurança baseada em alianças com outras nações como o Egito, em que abandonam a fonte pura de águas vivas (Jr 2.13-19) (Habel 1995, 81-83). Relacionado à questão da injustiça econômica, Wright também conecta essa prática com a terra: “Qualquer coisa que ameaçasse a viabilidade econômica de uma família ou que a privasse da posse segura de sua porção de terra era uma ameaça à família como parte do povo da aliança. Perder a terra era mais do que um desastre econômico: atingia o relacionamento da pessoa com Deus” (WRIGHT, 1991, p. 58).

⁷⁹ HARTLEY, 1992, p. 298.

de determinado tempo retornarão à terra em ele se encontra agora. Deus vai esperar até que a maldade dos habitantes locais esteja completa: “Na quarta geração, tua descendência voltará para cá; porque a medida da maldade dos amorreus ainda não está completa” (Gn 15.16). O livro de Deuteronômio confirma que a maldade das nações é a razão pela qual elas são expulsas: “Não é por causa da tua justiça nem da retidão do teu coração que entras na terra delas para possuí-la, mas é pela culpa destas nações que o SENHOR, teu Deus, as expulsa da tua frente” (Dt 9.5).⁸⁰ O texto de Jeremias 3 nos lembra que Israel se prostituiu com muitos amantes contaminando a terra (3.1,2). Judá seguiu sua irmã e fez o mesmo (3.9) com os cultos de fertilidade associados a Baal. Mas “Yahweh é o único proprietário da terra e a fonte da fertilidade. Adorar a Baal e suas consortes contamina a terra de Deus. Esse ato de contaminação é o motivo pelo qual a própria noiva de Yahweh é expulsa. Um Deus justo não pode tolerar uma morada contaminada para sempre. Por fim, Yahweh não tolerará rival algum nem fará concessões em sua própria gleba de terra”.⁸¹

Isso tudo mostra que a terra sofre como resultado das injustiças praticadas sobre ela. “A terra é personificada, não como uma deusa ou a mãe-terra, mas como um tipo de extensão pessoal de Yahweh, o proprietário da terra”.⁸²

⁸⁰ De modo similar, Levítico 18.24-30 menciona que as práticas sexuais erradas levam a terra a vomitar seus habitantes. Foi por isso que os cananeus foram expulsos: “Não vos contamineis com nenhuma dessas coisas, porque as nações que eu expulso de diante de vós se contaminaram com todas elas. E eu castigo o pecado da terra porque está contaminada, e a terra vomita seus habitantes. Mas guardareis os meus estatutos e as minhas leis, e não fareis nenhuma dessas abominações, nem o natural, nem o estrangeiro que vive entre vós (porque os habitantes desta terra cometeram todas essas abominações, e a terra ficou contaminada), para que a terra não seja contaminada por vós e não vos vomite também, como vomitou o povo que nela estava antes de vós” (Lv 18.24-28). Outra passagem tem a mesma ênfase: “Guardareis todos os meus estatutos e todas as minhas leis, e os cumprireis, a fim de que a terra para a qual vos levo para nela morardes não vos vomite. E não imitareis os costumes dos povos que expulso da vossa presença, porque eles praticaram todas essas coisas, e tive repugnância deles” (Lv 20.22,23). No entanto neste último texto a ênfase não está nos povos que foram vomitados por seu comportamento, mas em Israel que poderá sofrer o mesmo destino (STRAWN, 2012, p. 450; WRIGHT, 1991, p. 48).

⁸¹ HABEL, 1995, p. 81-82. Chris Wright afirma acertadamente: “Assim, pertencer a uma família israelita que vivia na terra de Deus era uma experiência que garantia a inclusão no relacionamento pactual: era o local da *vida* com Deus. Mas também significava aceitar as exigências desse relacionamento pactual; portanto era também o local de um *estilo de vida* específico diante de Deus. Possuir a terra era partilhar da herança de todo o povo de Deus. A terra, em resumo, significava segurança, inclusão, bênção, participação e responsabilidade prática” (WRIGHT, 1991, p. 101, itálicos do autor).

⁸² HABEL, 1995, p. 84. “A terra é a ‘premissa menor do silogismo’ entre Israel e Yahweh. A terra é o símbolo tangível de Yahweh. Não seria concebível que Yahweh pudesse ser contaminado, portanto a consequência negativa podia ser expressa da maneira mais adequada dizendo que a terra será contaminada. A associação entre Yahweh e a terra é tão próxima que uma infração

Desrespeitar o proprietário com práticas anticriacionais como praticadas pelos cananeus e copiadas pelo povo de Deus é uma afronta contra aquele que concede a terra como bênção para seu povo. Alterar as normas de conduta não só afeta o relacionamento com Deus, mas também com o próximo e com a natureza (terra). “O mundo como criação de Yahweh, requer atenção diária interminável às dádivas da criação, pois seu abuso e exploração pode danificar e impedir a generosidade que torna a vida possível. Além disso, a criação tem dentro de si a promessa de trazer morte àqueles que negligenciam o fortalecimento da generosidade”.⁸³ O mesmo autor continua lembrando que Yahweh pode transformar bênção em maldição, o que ocorre com o povo de Deus quando vai ao Exílio. Este não representa simplesmente um deslocamento geográfico da terra, mas a remoção da fertilidade (veja Jr 4.32-26). O texto parece indicar o oposto da criação, ou seja, a nulificação.

A realidade retornou ao *tohu wabohu*, o estado pré-criação de Gênesis 1.2, ou seja, a massa desordenada, sem forma do “substrato material preexistente”, antes de Yahweh proferir a palavra soberana ou ordenou uma ação formadora que tornou essa massa em um lugar frutífero de bênção e vida alegre.⁸⁴ [...] O que Yahweh formou com base em sua generosidade como um local de bênção, pode, baseada na indignação de Yahweh, reverter para um local de maldição. O mundo que Yahweh criou em sua liberdade pode ser terminado, anulado e abandonado baseado na mesma liberdade.⁸⁵

Deuteronômio parece indicar que o propósito das leis é proteger a aliança de Israel com Yahweh e, conseqüentemente sua posição e segurança na terra

contra Yahweh tem o efeito de poluir ou contaminar a terra. Assim a terra simboliza de modo vigoroso o relacionamento de Israel com Yahweh” (MARTENS, 1994, p. 115).

⁸³ BRUEGGEMANN, 1997, p. 532.

⁸⁴ Existe muita discussão sobre os primeiros versículos de Gênesis e a expressão clássica de que Deus cria as coisas *ex nihilo* “do nada”. Walton sustenta que o conceito de criar em Gênesis 1 é trazer à existência algo de forma funcional e não material. Assim toda a ideia de criar “do nada” não está sendo discutida em Gênesis 1 (embora possa ser verdadeira). Quando céus e terra são criados, o foco está sobre dar função aos mesmos. O autor de Gênesis não está interessado em afirmar que Deus criou toda a matéria. A cosmovisão dessa região não se interessa em atestar quem manufaturou as coisas, mas quem fixou o seu destino (WALTON, 2003, p. 161-162; 2016, p. 23-42). Na Bíblia, o estabelecimento da “ordem” é importante. Os paralelos existentes entre o AT em que Deus luta contra as forças do caos e as mitologias ugarítica e cananeia são marcantes. Mas as forças que lutam contra Deus não são divinas. Não são deuses que lutam pelo controle de um universo futuro, mas Deus controla o caos e coloca ordem no universo (MCGRATH, 2005, p. 349).

⁸⁵ BRUEGGEMANN, 1997, p. 543.

que Deus deu a eles. Israel não deve trazer o pecado, ou a culpa sobre a terra que receberam de herança da parte de Deus como resultado da aliança que Yahweh firmou com eles. A lei protege Israel para que permaneça na aliança, pois ações abomináveis ameaçam a aliança de Deus com Israel e conseqüentemente sua segurança na terra. Deuteronômio conecta intimamente as bênçãos e maldições da lei à terra: obediência gera bênçãos (Dt 4.40; 28.1-14), enquanto a desobediência, Exílio e destruição (Dt 4.23-28; 28.15-68). A lista de maldições é muito mais extensa que as bênçãos, mostrando a preocupação do autor para que evitem as maldições e as conseqüências devastadoras sobre a terra.⁸⁶

Fica claro aqui que a contaminação da terra não se restringe a questões relacionadas à sexualidade, ao divórcio, etc. Contudo, é marcante que o comportamento errado nessa área não é tratado simplesmente como algo que traz conseqüências individuais sobre os envolvidos, mas afeta a terra, ou seja, traz conseqüências para a sociedade como um todo, pois transforma a terra, instrumento de bênção, em maldição, visto que o dono da terra é ofendido com um comportamento anticriacional. Assim, o retorno ao primeiro marido traz conseqüências inclusive para a terra. Mas por que isso ocorre? O texto não informa claramente. Talvez isso estivesse claro para os leitores antigos, de modo que não precisasse ser explicitado.

Percebe-se que elucidar diversos pontos desse texto de Deuteronômio 24 não é tarefa fácil. A cultura é diferente da nossa e ainda não dispomos de todas as informações necessárias para uma decisão mais segura sobre a proibição de recasar com a primeira esposa. Por que a mulher não pode voltar para o primeiro casamento? Parece que esta regulamentação é *sui generis* no antigo Oriente Próximo, o que impede um possível entendimento via comparação. Segundo Instone-Brewer, se a lei apenas dissesse que o primeiro marido não poderia exigir sua esposa de volta, isso ainda não a teria protegido de modo suficiente. O segundo marido se sentiria moralmente obrigado a se divorciar da esposa quando o primeiro marido a quisesse de volta. Essa era a prática comum no mundo antigo. Assim essa regra impede a pressão moral do primeiro marido e dos amigos e vizinhos que esperavam que o segundo marido agisse de acordo com a devida honra. Mas o mesmo autor reconhece que essa explicação ainda é insuficiente, pois não indica porque a esposa não

⁸⁶SCACEWATER, 2012, p. 76-78.

poderia voltar ao primeiro marido caso o segundo marido tivesse falecido.⁸⁷

Assim, temos que concordar com Sprinkle que nenhuma das explicações relacionadas a Deuteronômio 24.1-4 parece convincente até o momento.⁸⁸ A proposta de Instone-Brewer é contextual e ajuda a entender em parte a proibição, mas ainda falta algo. Além disso, é importante notar que o comportamento errado, em especial relacionado à sexualidade no texto em questão, mostra que a terra continua pertencendo ao Senhor e este requer que as pessoas administrem a terra de modo sábio e honroso (e com ênfase forte sobre a questão da família/sexualidade), caso contrário sofrerão as consequências.

5. O MOTIVO PARA O DIVÓRCIO: “ALGUMA COISA VERGONHOSA”

A prática do divórcio era comum no antigo Oriente Próximo. Segundo Walton et al., talvez a lei mais direta concernente ao divórcio se encontra na lei 37 do Médio Império Assírio. Esta afirma que o homem tem o direito de se divorciar de sua esposa e que ele pode decidir se quer ou não fazer um acordo com ela. Outras regulamentações, no entanto, especificam motivos para o divórcio: a esposa não cumpre as obrigações do lar para se dedicar aos negócios (Hamurabi); a deserção do marido pela esposa (lei do Médio Império Assírio); não gerar filhos (Hamurabi). De modo geral os homens do Egito e da Mesopotâmia podiam divorciar suas esposas por praticamente qualquer motivo. Há diversas indicações de acordos financeiros realizados quando ocorria o divórcio em que se fazia distinção entre as esposas principal e secundária, algum direito à herança, a devolução do dote, etc. Há também referência a um caso no código de Hamurabi que permite que a mulher saia de um relacionamento ruim e leve consigo o dote. Mas isso envolvia uma avaliação do seu caráter. Se ela fosse considerada culpada poderia ser executada.⁸⁹

Em Israel, um homem não poderia se divorciar de sua esposa a não ser que houvesse “alguma coisa vergonhosa” (*erwat dabar*) da parte dela. Essa prerrogativa elevava a dignidade e a posição da mulher na sociedade. Não se sabe exatamente o que isso significa. John Murray argumenta, juntamente com outros, que isso não poderia se referir ao adultério, pelos seguintes

⁸⁷ INSTONE-BREWER, 2002, p. 32.

⁸⁸ SPRINKLE, 1997, p. 532.

⁸⁹ WALTON; et al., 2000, p. 196.

motivos:

1. O Pentateuco prescrevia a pena de morte para o adultério (Lv 20.10; Dt 22.22-27; cf. Dt 22.23-27);
2. A suspeita não provada do adultério da esposa e de como o marido deveria agir é tratada em Números 5.11-31. Assim Deuteronômio 24.1-4 não pode ser usado para tratar da suspeita de adultério, não importa se há motivos ou não para essa suspeita;
3. O caso de uma mulher acusada falsamente de imoralidade sexual prévia é tratado em Deuteronômio 22.13-21. Se a acusação for falsa, o marido não poderá se divorciar dela por toda a vida. Se a acusação estiver correta, a mulher deverá ser apedrejada. Logo Deuteronômio 24 não se aplica a essa situação;
4. Quando uma noiva virgem e comprometida se deitasse com outro homem, a pena era o apedrejamento de ambos (Dt 22.23,24);
5. Quando a moça era forçada a uma relação sexual involuntária, somente o homem deveria ser morto. Isso é tratado em Deuteronômio 22.25-27 e não em Deuteronômio 24.

A expressão “alguma coisa vergonhosa” não aparece em nenhum dos casos citados acima e a solução para o problema nunca passa pelo divórcio. Logo Deuteronômio 24 não se aplica para esses casos. Assim não há motivos para pensar que “alguma coisa vergonhosa” se refira a adultério ou à impureza sexual.⁹⁰

Por outro lado, a palavra *erwa* era frequentemente usada para a relação sexual o que indica que havia uma conotação sexual nessa palavra. Já que a execução exigia duas ou três testemunhas (Dt 17.6,7), um homem poderia saber que sua esposa tinha cometido adultério, mas não conseguia provar. Casos de adultério que não podiam ser provados pelo tribunal poderiam terminar em divórcio. Mas um homem não querendo levar sua esposa à morte poderia optar pelo divórcio (cf. José e Maria, Mt 1.19).⁹¹

Em lugar algum temos uma explicação clara sobre o quem vem a ser “alguma coisa vergonhosa”. Originalmente significava “a nudez de algo”. Seria nudez literal ou uma metáfora para um comportamento vergonhoso? Segundo Sprinkle a palavra *erwa* é usada metaforicamente para a nudez do Egito

⁹⁰ MURRAY, 1946, p. 40-41.

⁹¹ SPRINKLE, 2003, p. 744; 1997, p. 531.

significando as “partes privadas” do Egito que os espíões deveriam encontrar para descobrir a fraqueza da nação (Gn 42.9,12). É usada literalmente para referências à exposição vergonhosa ou imoral dos genitais. Por exemplo, quando construísem um altar este não deveria ter degraus, porque quando a pessoa fosse sacrificar poderia expor de modo indecente ou inapropriado suas partes íntimas (Êx 20.26). Expor a nudez também é usada de forma figurada para Israel sendo humilhado e desgraçado quando fica exposto (Lm 1.8; Ez 16.37).⁹² A discussão sobre o significado dessa expressão “alguma coisa vergonhosa” é muito ampla. Wakely apresenta uma série delas:

1. Comportamentos sexuais ilícitos (escola de Shammai, na época do NT), o que é negado por outros, já que o adultério tinha a pena de morte (Dt 22.22-24). Mesmo assim, alguns estudiosos afirmam que há um componente sexual nessa expressão (Fishbane). Por exemplo, Guenther defende que se trata de incesto, um pecado secreto na família. O uso mais comum de *erwah* está ligado com a exposição dos genitais (Gn 9.22,23,23; Êx 20:26; 28:42), especialmente em conexão com as relações sexuais (Lv 18; 20 [30 vezes]; Ez 16; 23 [6 vezes]). A maior concentração de *erwah* está nos textos relacionados ao incesto (Lv 18; 20). Nesses capítulos, o adultério não é chamado de *erwah*. *Erwah* contamina a terra como abominação a Yahweh e também contamina o povo de Deus que é santo (Lv 20.22-26; cf. Dt 24.1-4). Se o que comete o incesto é o sogro, poderia haver uma conexão com Amós 2.7, que menciona que o pai e o filho dormem com a mesma moça, profanando o nome de Deus. Embora os envolvidos deveriam ser igualmente castigados, o incesto muitas vezes era tratado de maneira secreta na família. O caso de Amnon e Tamar mostra que houve uma atitude mais favorável da parte de Davi para com Amnon do que para com Tamar. A mulher é castigada porque aparentemente consentiu;⁹³
2. Comportamento inadequado, vergonhoso, imodesto, mas não falta de castidade (Driver, Smith, Blair), ou então um comportamento muito livre e aberto com os homens (Gottwald), ou ainda uma exposição indevida da esposa (Isaksson). Gane exclui o adultério, mas como o

⁹² SPRINKLE, 1997, p. 530.

⁹³ GUENTHER, 1995, p. 46-47.

termo em seu contexto possivelmente trata da exposição das partes íntimas, poderia indicar uma gama grande de ações, como se banhar nua diante de outros homens, beijar outro homem ou ser acariciada por outro homem, o que poderia levar à pressuposição que relações sexuais ilícitas haviam ocorrido ou estavam prestes a ocorrer;⁹⁴

3. Não um ato de indecência, mas um estado de impureza de forma geral (Mayes);
4. Não algo imoral, mas algo inadequado (Phillips);
5. Um defeito físico e não um defeito moral (Davies, Blenkinsopp, Craigie).⁹⁵ Craigie afirma que poderia ser a incapacidade de gerar filhos,⁹⁶ mas o texto não afirma isso;
6. Uma gama bastante grande de significados, incluindo incapacidade de gerar filhos, ofensas cúlticas, e até a não realização de tarefas domésticas (escola de Hillel no NT).⁹⁷

Percebe-se que as hipóteses abarcam um amplo espectro, sinal de que não se tem certeza do que realmente indica. No contexto mais imediato de Deuteronômio 24, o termo “alguma coisa vergonhosa” ocorre no capítulo anterior (23.13) onde se refere a fezes humanas deixadas à vista no acampamento em que Yahweh anda.⁹⁸ Como “alguma coisa vergonhosa” é linguagem técnica, a expressão é precisa e possivelmente não precisa de explicações adicionais. A ofensa em Deuteronômio 24.1 é delicada demais para ser explicitada, ou seja “algo nojento”.⁹⁹

Convém lembrar, no entanto, que Deuteronômio 24 não é uma legislação introduzida para permitir o divórcio (cf. Ml 2.14-16), mas uma lei para regulamentar uma prática já existente (Dt 24.4). O texto está interessado em proibir o novo casamento com o mesmo parceiro após o divórcio depois que a

⁹⁴ GANE, 2001, p. 45, 47. Veja LANEY, 1992, p. 5 para informações bibliográficas sobre essa posição.

⁹⁵ Walton sugere que poderia ser uma disfunção menstrual que levava a esposa a ter um sangramento contínuo, o que a tornaria impura. Assim o marido não poderia se aproximar dela para gerar filhos (cf. Lv 15.14,25) (WALTON, 2017). O divórcio tornaria essa situação pública. Mas o fato de que ela se casa outra vez implica que o problema não era tão grave a ponto de impedir um segundo casamento.

⁹⁶ Essa posição é defendida por aqueles que buscam um paralelo com um contrato de casamento na Assíria (LANEY, 1992, p. 5).

⁹⁷ WAKELY, 2011, v. 2, p. 716-717.

⁹⁸ Fezes deixadas a céu aberto no acampamento poderiam poluir o mesmo (WALTON p. 2017).

⁹⁹ GUENTHER, 1995, p. 45. Guenther a descreve de um modo único que desafia a tradução: “something shitty” (GUENTHER, 1995, p. 45).

mulher já tiver se casado com outra pessoa.¹⁰⁰

Segundo Sprinkle, alguns argumentos favorecem que “alguma coisa vergonhosa” possa incluir o adultério:

1. Jeremias 3.1-8 cita a lei de Deuteronômio 24.1-4 e aplica por analogia o divórcio para o relacionamento entre Deus e Israel.¹⁰¹ Em vez de executar Israel por causa do seu comportamento, Deus o mandou para o Exílio com um “certificado de divórcio” (Jr 3.8). Logo, Jeremias entendeu que “alguma coisa vergonhosa” em Deuteronômio 24.1 se aplicaria a casos de adultério;¹⁰²
2. Provérbios 6.32-35 afirma: “O que adultera com uma mulher não tem entendimento; quem age assim destrói a si mesmo. Sofrerá ferimentos e vexame, e sua humilhação nunca será esquecida; porque o ciúme enfurece o marido, e ele não terá compaixão no dia da vingança. Não aceitará compensação alguma, e não se acalmará, mesmo que lhe ofereçam muitos presentes”. O adultério destrói o homem já que o marido da mulher traída não aceitará o resgate ou a compensação, nem um presente. Essa afirmação sugere que o marido poderia aceitar dinheiro em vez da execução do amante de sua esposa. A opção do resgate em lugar da execução é explícita em alguns textos (Êx 21.29,30; 1Rs 20.39)¹⁰³ e possivelmente era permitido a não ser que proibido explicitamente: “Não aceitareis resgate pela vida de um homicida que é réu de morte; ele certamente deve ser morto” (Nm 35.31). Logo, se o amante poderia pagar o resgate para ficar com vida, Sprinkle conclui que a mulher poderia ficar com vida abrindo mão de receber o dote;
3. As leis da Mesopotâmia e do Egito permitiam que o marido executasse a mulher e o seu amante, ou então nenhum dos dois. Se o resgate em troca pela execução era possível com o adultério, a lei bíblica seria

¹⁰⁰ SPRINKLE, 1997, p. 531.

¹⁰¹ Existe certa disputa se o texto de Jeremias alude claramente a Deuteronômio 24, visto que há uma variante textual importante a ser considerada, mas a maioria dos estudiosos entende que se trata de uma alusão a esse texto. Para mais detalhes, veja HOBBS, 1974, p. 23.

¹⁰² Veja WAKELY, 2011, v. 2, p. 718.

¹⁰³ No caso de um dono que permitia que o boi matasse outras pessoas, mesmo depois de ser alertado sobre o problema. Em vez de morrer poderia pagar o preço exigido (Êx 21.29,30), ou quando alguém ficou responsável por vigiar um prisioneiro e este fugiu. A pena era a morte ou pagar o resgate (1Rs 20.39).

coerente com o contexto do Antigo Oriente Médio, como normalmente acontece;

4. A lei contra a testemunha falsa: “tu lhe farás o que ela pretendia fazer a seu irmão” (Dt 19.15-19), sugere que o marido que acusou falsamente sua mulher de adultério (Dt 22.13-21) deveria ser executado como seria o destino dela caso fosse considerada culpada. Em vez disso, o marido era açoitado, multado e proibido permanentemente de se divorciar dela. Se uma saída típica para o adultério era o divórcio, abrindo mão do dote da esposa, então a pena do homem seria comparável.¹⁰⁴

Esses argumentos sugerem que o adultério da mulher poderia ser castigado com a execução, ou então, com o divórcio e a consequente perda do dote. Logo, o adultério era um dos principais motivos para o divórcio no AT.¹⁰⁵

Diante de tudo isso, o impasse criado é amplo. Teoricamente o adultério era castigado com a morte. Logo “alguma coisa vergonhosa” não poderia se tratar de adultério, visto que este merecia a pena de morte. Contudo, se a possibilidade do resgate existia na lei para alguns casos e ela fosse aplicada para o adultério, ou se com o decorrer dos anos a interpretação do texto caminhou nessa direção, não haveria bons motivos para excluir o adultério, ou pecados similares do espectro de “alguma coisa vergonhosa”. Como nos faltam informações mais detalhadas, precisamos conceder que se trata de uma hipótese que talvez melhor explique esse texto.

Logo, Deuteronômio 24.1-4 afirma algumas coisas e nos deixa com dúvida em outras. O texto afirma:

1. O divórcio era permitido em Israel quando o marido descobria “alguma coisa vergonhosa” na esposa, mas ele não era obrigado a se divorciar;
2. Para despedir a esposa, o marido precisava entregar a ela o certificado de divórcio;
3. Esse certificado de divórcio garantia à mulher o direito a um novo casamento sem a acusação de adultério;
4. Se a mulher for divorciada a segunda vez, ou se o segundo marido falecer, ela não poderá retornar ao primeiro marido, pois foi contaminada;

¹⁰⁴ SPRINKLE, 2003, p. 744.

¹⁰⁵ SPRINKLE, 2003, p. 744.

5. Esse recasamento com o primeiro marido é abominação diante do Senhor e leva a terra a pecar.

As dúvidas que persistem pensar das tentativas de explicação:

1. Não temos certeza do que significa “alguma coisa vergonhosa”, embora as tentativas ajudam a lançar luz sobre o problema;
2. Não sabemos o que contaminou a mulher no segundo casamento dela; as tentativas até agora se mostram inconclusivas;
3. Não sabemos porque o retorno para o primeiro marido é proibido; as consequências sobre a terra deixam claro que Deus não aprova esse procedimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto base para o divórcio no AT é Deuteronômio 24.1-4, embora a passagem não trate especificamente de divórcio, mas da proibição do retorno da esposa, que se divorciou e se casou pela segunda vez e depois disso passou por um segundo divórcio, ou morte do cônjuge, para o primeiro marido. Esse texto é dado basicamente para regular o divórcio que já ocorria em Israel. Essa lei parece estar impregnada em Israel visto que três profetas do AT se referem a essa lei do divórcio. Wright assim as apresenta:

1. Jeremias questiona se Israel, que abandonou Yahweh em favor de outros amantes, pode simplesmente ser retomado por ele. A resposta: o que era impossível por meio da lei se tornou possível por meio da graça, se houver arrependimento autêntico (Jr 3.1-5; 4.1,2);
2. Isaías procura pelo certificado de divórcio entre Yahweh e Israel e não o encontra.¹⁰⁶ Com isso deixa em aberto a possibilidade de que, embora Israel foi mandado embora por causa de sua infidelidade, um divórcio oficial não foi realizado deixando as portas abertas para uma reconciliação (Is 50.1,2);
3. Para Oseias, o divórcio é uma experiência pessoal dolorida. Parece que Deus suspende a proibição do novo casamento com a mesma esposa nesse caso, quando ordena que vá e tome para si outra vez Gômer, depois de sua infidelidade. Talvez seja significativo de que,

¹⁰⁶ Depois do cap. 40, parece que Isaías se refere a Israel, Jacó e Judá de modo intercambiável (INSTONE-BREWER, 2002, p. 48). Faz mais sentido pensar que o profeta se refere a Judá nesse contexto.

apesar de se voltar para a prostituição, não havia se casado com outro homem (Os 3.1-3).¹⁰⁷

Mas existem alguns pontos importantes a serem feitos sobre o divórcio de acordo com a lei de Moisés:

1. O divórcio é tolerado por Deus em algumas circunstâncias;
2. A expressão “alguma coisa vergonhosa” implica que não se podia divorciar a esposa por qualquer motivo. Deveria haver uma quebra indecorosa de uma obrigação da esposa. Essa limitação aumentava o status da mulher e sua dignidade na sociedade israelita;
3. O divórcio exigia uma declaração oficial de divórcio, neste caso, um documento escrito;
4. O novo casamento, depois do divórcio, era permitido legalmente para mulheres que tinham este certificado de divórcio;¹⁰⁸
5. O casamento pode ser dissolvido, já que a volta para o primeiro casamento é proibida depois do segundo casamento, implicando que o primeiro casamento está morto. Esse último ponto vai contra a ideia da indissolubilidade do casamento. Deus ordenou que não se voltasse ao primeiro casamento, depois do novo casamento. Casamentos podem se tornar irreconciliavelmente dissolvidos. Sprinkle até brinca afirma que é tentador afirmar: “O que Deus separou, que homem algum una”.¹⁰⁹

Assim, precisamos afirmar que o divórcio não fazia parte da boa criação de

¹⁰⁷ WRIGHT, 2003, p. 256. Esses três textos precisam de uma análise mais profunda. Isso será realizado em outro artigo. Todavia, fica claro que essa orientação está firmemente estabelecida em Israel a ponto de três autores diferentes fazerem alusão a ela.

¹⁰⁸ Somente os sacerdotes têm limitações quanto ao casamento com mulheres divorciadas: “Não se casarão com prostituta nem com mulher desonrada, nem com mulher repudiada por seu marido, pois o sacerdote é consagrado ao seu Deus [...] Não poderá se casar com viúva, divorciada, moça desonrada ou prostituta; ele se casará somente com uma virgem do seu povo [...] Mas, se a filha do sacerdote for viúva ou divorciada, e não tiver filhos, e tiver voltado para a casa de seu pai, como na sua mocidade, comerá do alimento de seu pai; mas um homem comum não comerá dele” (Lv 21.7,14; 22.13). Esses textos exigem que os sacerdotes se casem somente com virgens. Eles proibem o casamento com prostitutas, mulheres divorciadas e mesmo viúvas. Se quisermos colocar um estigma sobre mulheres divorciadas precisamos fazer o mesmo com as viúvas. Possivelmente esta restrição está associada à pureza cerimonial, e não com algo moralmente problemático. O tratamento dado a viúvas tanto no AT como no NT não tem restrições extras. De forma surpreendente essa restrição ao casamento dos sacerdotes ao que tudo indica não se aplica aos profetas. Oseias é ordenado para se casar com uma prostituta (Os 1.1-9). Não faz sentido que Deus estivesse orientando seu profeta a pecar, se casar com alguém que estivera previamente ativa sexualmente fosse pecado (SPRINKLE, 1997, p. 540-541).

¹⁰⁹ SPRINKLE, 1997, p. 532.

Deus. Esse foi introduzido depois da Queda e serve para amenizar os efeitos da mesma. Por outro lado, como tantas vezes ocorre, o divórcio também pode ser usado para aumentar os efeitos da Queda. O novo casamento era a regra para os divorciados no AT. Parece que este também seria visto como uma maneira de atenuar os efeitos da Queda. O modelo do casamento indissolúvel permanece, mas precisa haver regulamentações que protejam a parte mais fraca no relacionamento. Assim, o AT permite o divórcio em algumas situações, mas ainda assim o faz com lágrimas. Muitas dúvidas permanecem em relação ao divórcio e novo casamento no AT e precisam ser esclarecidas por um estudo aprofundado do NT.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, David J. Divórcio. In: ELWELL, Walter A. (org.). **Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1990, v. 1, p. 481-486.

AVERBECK, Richard E. טָמֵא (*tm'*, ser cerimonialmente imundo). In: VANGEMEREN, Willem A. (org.). **Novo dicionário internacional de teologia e exegese do Antigo Testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, v. 2, p. 364-375.

BAUER, Walter; ARNDT, William F; GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Friederick W. (BAGD) **A Greek-English lexicon of the New Testament and other early Christian literature**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BLOCK, Daniel. “You shall not covet your neighbor’s wife”: a study in Deuteronomic domestic ideology. **Journal of the Evangelical Theological Society** v. 53, n. 3, p. 449-474, set. 2010.

BRAY, Gerald. Imagem de Deus. In: ALEXANDER, T. Desmond; ROSNER, Brian S. (orgs.). **Novo dicionário de teologia bíblica**. São Paulo: Vida, 2009, p. 856-857.

BRUEGGEMANN, Walter. **Theology of the Old Testament: testimony,**

dispute, advocacy. Minneapolis: Fortress, 1997.

_____. **Deuteronomy** (Abingdon Old Testament Commentaries). Nashville: Abingdon, 2001.

CRAIGIE, Peter C. **The book of Deuteronomy** (The New International Commentary on the Old Testament). Grand Rapids: Eerdmans, 1976.

DAVIDSON, Richard M. **Flame of Yahweh**. sexuality in the Old Testament. Peabody: Hendrickson, 2007.

DE VAUX, Roland. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Teológica, 2003.

ERICKSON, Millard J. **Teologia sistemática**. São Paulo; Vida Nova, 2015.

FEINBERG, John S.; FEINBERG, Paul D. **Ethics for a brave new world**. Wheaton: Crossway, 1993.

GANE, Roy. Old Testament principles relating to divorce and remarriage. **Journal of the Adventist Theological Society**, v. 12, n. 2, p. 35–61, Autumn. 2001.

GARRETT, Anthony J. M. A new understanding of the divorce and remarriage legislation in Deuteronomy 24:1-4. **Jewish Bible Quarterly** v. 39 n. 4, p. 245-250, out-dez. 2011.

GEDDERT, Timothy J. **Verantwortlich leben**: wenn Christen sich entscheiden müssen. Regensburg: Neufeld-Verlag, 2004.

GRUDEM, Wayne A. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

GUENTHER, Allen R. Interpreting the silences: Deuteronomy 24:1-4. **Direction** v. 24. n. 1, p. 41-53. Spring, 1995.

HABEL, Norman C. **The land is mine**: six biblical land ideologies (Overtures do biblical theology). Minneapolis: Fortress, 1995.

HAMER, Colin Geoffrey. **Marital imagery in the Bible**: an exploration of the cross-domain mapping of Genesis 2:24 and its significance for the understanding of New Testament divorce and remarriage teaching. Tese de doutorado, University of Chester, junho, 2015.

HAMILTON, Victor P. Marriage (OT and ANE). In: FREEDMAN, Daniel N. (org.) **Anchor Bible dictionary**. New York: Doubleday, 1992, v. 4, p. 559-560.

HARTLEY, John E. **Leviticus** (Word Biblical Commentary). Dallas: Word, 1992.

_____. **Genesis** (New International Biblical Commentary). Peabody: Hendrickson, 2003.

HEGG, Tim. **Parashah one hundred forty-four**: Deuteronomy 24:1—25:19; Hosea 10:11—11:11; Titus 2:11-14. Disponível em: <<http://www.torahresource.com/pdf-weekly-parashah/parashah-144.pdf>>. Acesso em 03/10/2016.

HOBBS, T. R. Jeremiah 3:1-5 and Deuteronomy 24:1-4. **Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft** v. 86, n. 1, p. 23-29, 1974.

INSTONE-BREWER, David. **Divorce and remarriage in the Bible**: The social and literary context. Grand Rapids: Eerdmans, 2002.

KÖSTENBERGER, Andreas J.; JONES, David W. **Deus, casamento e família**. São Paulo: Vida Nova, 2004.

LANEY, J. Carl. Deuteronomy 24:1-4 and the issue of divorce. **Bibliotheca Sacra** v. 149, n. 593, p. 3-15, jan-mar. 1992.

LOPES, Hernandes Dias. **Casamento, divórcio e novo casamento**. São Paulo: Hagnos, 2005.

MARTENS, Elmer A. **God's design: a focus on Old Testament theology**. 2.ed. Grand Rapids: Baker, 1994.

_____. Sin, guilt. In: ALEXANDER, T. Desmond; BAKER, David W. (orgs.). **Dictionary of the Old Testament Pentateuch**. Downers Grove: InterVarsity, 2003, p. 764-778.

MATTHEWS, Victor H. Family relationships. In: ALEXANDER, T. Desmond; BAKER, David W. (orgs.). **Dictionary of the Old Testament Pentateuch**. Downers Grove: InterVarsity, 2003, p. 291-299.

McFALL, Leslie. **Critique of Anthony J. M. Garrett**, "A new understanding of the divorce and remarriage legislation in Deuteronomy 24:1-4," *Jewish Bible Quarterly* v. 39, p. 245-250, 2011. Disponível em: <https://lmf12.files.wordpress.com/2013/12/garrett-critique_current.pdf>. Acesso em: 11/01/2017.

McGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica: Uma introdução à teologia cristã**. São Paulo: Shedd, 2005.

MILNE, Bruce. **Estudando as doutrinas da Bíblia**. São Paulo: ABU, 1987.

MURRAY, John. Divorce. **The Westminster Theological Journal** v. 9, n. 1, p. 31-46, nov. 1946.

ORTLUND Jr. Raymond C. Casamento. In: ALEXANDER, T.; ROSNER, Brian S. (orgs.). **Novo dicionário de teologia bíblica**. São Paulo: Vida, 2009, p. 614-617.

OSBORNE, June. Macho e fêmea. In: KEELEY, Robin (org.). **Fundamentos da teologia cristã**. São Paulo: Vida, 2000, p. 153.

PLEKKER, Robert J. **Divórcio à luz da Bíblia**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

ROSS, Allen P. **Creation & blessing**. A guide to the study and exposition of Genesis. Grand Rapids: Baker, 1993.

SCACEWATER, Todd. Divorce and remarriage in Deuteronomy 24:1-4. **Journal for the Evangelical Study of the Old Testament** v. 1, n. 1, p. 63-79, 2012.

SCHUETZE, John D. **Remarriage revisited**: Scripture and application. Disponível em: <<http://www.wlsessays.net/bitstream/handle/123456789/3095/SchuetzeRemarriage.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07/05/2017.

SMITH, Ralph L. **Teologia do Antigo Testamento**: história, método, mensagem. São Paulo: Vida Nova, 2001.

SPRINKLE, Joe M. Old Testament perspectives on divorce and remarriage. **JETS** v. 40, n. 4, p. 529-550, dez. 1997.

_____. Sexuality, sexual ethics. In: ALEXANDER, T. Desmond; BAKER, David W. (orgs.). **Dictionary of the Old Testament Pentateuch**, Downers Grove: InterVarsity, 2003, p. 741-753.

STRAWN, Brent A. On vomiting: Leviticus, Jonah, Ea(a)rth. **The Catholic Biblical Quarterly** v. 74, n. 3, p. 445-464, jul. 2012.

STOTT, John R. W. The biblical teaching on divorce,” **Churchman** 85, p. 165-174, 1971.

_____. **Decisive issues facing Christians today**. Your influence is vital in today’s turbulent world. Grand Rapids: Fleming H. Revell, 1990.

_____. **Grandes questões sobre sexo**. Niterói: Vinde Comunicações,

1993.

_____. **Verdade do evangelho: um apelo à unidade.** São Paulo: ABU, 2000.

THOMPSON, J. A. **Deuteronômio: introdução e comentário.** São Paulo: Vida Nova, 1982.

TOSATO, Angelo. On Genesis 2.24. **The Catholic Biblical Quarterly** v. 52, n. 3, p. 389-409, jul. 1990.

TREIER, Danile J. Creation. In: VANHOOZER, Kevin J. (org.). **Dictionary of theological interpretation of the Bible.** Grand Rapids: Baker Academic, 2005, p. 144-146.

WAKELY, Robin. כְּרִיתוּת (*k'ritut*, divórcio). In VANGEMEREN, Willem A. (org.). **New international dictionary of Old Testament theology & exegesis.** Grand Rapids: Zondervan, 2011, v. 2, p. 716-720.

WALTKE, Bruce K. **Teologia do Antigo Testamento: uma abordagem exegética, canônica e temática.** São Paulo: Vida Nova, 2016.

WALTON, John H.; MATTHEWS, Victor H.; CHAVALAS, Mark W. **The IVP Bible background commentary (OT).** Downers Grove: InterVarsity, 2000.

_____. Creation. In: ALEXANDER, T. Desmond; BAKER, David W. (orgs.). **Dictionary of the Old Testament Pentateuch.** Downers Grove: InterVarsity, 2003, p. 155-168.

_____. **O mundo perdido de Adão e Eva: o debate sobre a origem da humanidade e a leitura de Gênesis.** Viçosa: Ultimato, 2016.

_____. **Hebrew Corner 11: divorce (Deut. 24:1-4).** Disponível em: <<http://zondervanacademic.com/blog/hebrew-corner-11-divorce-deut-241->

4-by-john-h-walton/>. Acesso em: 07/05/2017.

WARREN, Andrew. Did Moses permit divorce? Modal *weqatal* as key to New Testament readings of Deuteronomy 24.1-4. **Tyndale Bulletin** v. 49 n. 1, p. 39-56, maio. 1998.

WELLS, Bruce. Sex, lies and virginal rape: the slandered brined and false accusation in Deuteronomy. **Journal of Biblical Literature** v. 124, n. 1, p. 41-72, Spring. 2005.

WENHAM, Gordon J. **Genesis** (Word Biblical Commentary). Waco: Word, 1987, 1994. 2 v.

_____. Marriage and divorce in the Old Testament. **Didaskalia** v. 1, n. 1, p. 6-17, nov. 1989.

WRIGHT, Christopher J. H. **Povo, terra e Deus: a relevância da ética no Antigo Testamento para a sociedade de hoje**. São Paulo: ABU, 1991.

_____. Family. In: FREEDMAN, Daniel N. (org.) **Anchor Bible dictionary**. New York: Doubleday, 1992, v. 2, p. 781-769.

_____. **Deuteronomy** (New International Biblical Commentary). Peabody: Hendrickson, 2003.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional